

Of  
Pelo



**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
assembleia municipal

**ATA N.º 6**

*Sessão Ordinária*

*10 de Dezembro de 2018*

APROVADA POR MAIORIA  
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22/02/2019.

Edno



-----Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

- 11** Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de Setembro de 2018;-----
- 12** Informação de Correspondência;-----
- 13** Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

**2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** – Memorando de entendimento - Investor Confidence Project Europe (ICP EUROPE);-----
- **PONTO 3** - Repartição de encargos;-----
- **PONTO 4** - Documentos Previsionais para o ano 2019 - Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal;-----
- **PONTO 5** – Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS;-----
- **PONTO 6** - Autorização para contratação de empréstimo a curto prazo - 2019;-----
- **PONTO 7** – Pedido de Desafetação de Caminho Público - Lugar da Tritana;-----
- **PONTO 8** - Plano de Gestão da Albufeira. -----

**3 - Período de Intervenção do Público**

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Luís dos Santos Delgado Esteves;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda - Freguesia de Horta da Vilarça; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos de Sá Meneses - Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Eduardo Teixeira de Carvalho;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Pedro".

-----Verificou-se a presença de vinte e sete membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

**Constituíram a Mesa:** -----

**Luís Miranda Rei** – Presidente de Mesa;-----

**Pedro Miguel Pinto Carrasqueira** – 1.º Secretário; -----

**Lucinda João Afonso Carpinteiro** – 2.ª Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltou à reunião a seguinte deputada:-----

- **Maria de Lurdes B. Moutinho Reis** - que justificou a falta;-----

----- **A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a senhora Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses, e o Chefe da Unidade Orgânica Administrativa Geral, Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente de Mesa verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:40 horas.-----

-----**○ Presidente de Mesa:** Vamos dar início à reunião da Assembleia Municipal. -----  
Antes de começar a Assembleia, dizer que hoje, por feliz coincidência, é um dia importante para o mundo moderno. Hoje, dia 10 de dezembro, comemoram-se os setenta anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A marcação da Assembleia não foi de propósito por essa data, mas felizmente coincidiu. Como sabem, Portugal não aderiu logo em 1948, só muito mais tarde é que foi admitido na ONU e subscreveu essa declaração. Mas, não deixa de ser um dos pilares importantes da humanidade, do período recente, pós-segunda guerra mundial. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de Setembro de 2018.** -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Se não há inscrições, passaríamos à votação. Antes de passar à votação, dizer que chegou o Sr. Presidente da Junta do Larinho, António Júlio Sá Andrade, já está presente. -----

Os membros que faltaram à reunião anterior não vão votar a ata, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo. São eles (as pessoas que não votam) os Srs. Deputados Mário Miranda, Vítor Vieira, Válder Andrade e Sílvio Carvalho (que não está presente). -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 3 abstenções (dos deputados Mário Miranda, Vítor Vieira e Válder Andrade) por não terem estado presentes, **aprovar a ata do dia 28 de Setembro de 2018.** -----

**1.2 Informação da Correspondência.**-----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Como habitualmente, está disponível para consulta a correspondência. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da correspondência. -----

**1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.**-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho (PS)**, **Fausto Tiago (PS)**, **João Pavão (PS)**, **José Carlos Meneses (Coligação PSD/CDS)**, **António Manuel Martins (Coligação PSD/CDS)**, **Vítor Manuel Amaro Vieira (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade.** -----

Handwritten initials and signature in the top right corner.

-----**O Presidente de Mesa:** Está aberto o período de inscrições para o ponto de assuntos de interesse para o Município. Sr. Deputado Eduardo Carvalho, faça favor. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados: -----

Registamos com agrado os alertas para a limpeza da ecopista terem surtido efeito. Embora não esteja a cem por cento, pelo simples facto de as ervas cortadas, não terem sido retiradas quando o deviam ser, mas estão melhor. Estes trabalhos justificariam ser acompanhados por uma fiscalização municipal que nos parece não ter acontecido, e não acontece porque a quantidade de posteletes de madeira danificados e/ou arrancados é elevada o que denota desleixo na sua manutenção. Esperamos e como consta nas Grandes Opções do Plano para 2019, a manutenção dos troços lá existentes, para que a ecopista se concretize. -----

Preocupa-nos também a falta objetiva de sinalização nas ruas de Moncorvo, como possibilidade de estacionamento e das passadeiras para peões. Pode parecer uma coisa de menos importância, mas de facto não o é Sr. Presidente. Quem nos visita repara nestes muitos pormenores que depois servem de aferição para se gostar ou não de determinada localidade e ser revisitada. Queremos por vezes estacionar o carro e não vislumbramos as marcas correspondentes a tal. Estamos certos de que tomará as providências necessárias para a sua reposição. Agora que se aproxima a época natalícia e que a praça Francisco Meireles e alguns outros espaços de Moncorvo estão engalanados, seria uma boa prenda. Recentemente, tomámos conhecimento, através da leitura de um artigo da imprensa nacional, "Projecto mineiro de Moncorvo cinco alertas vermelhos". Onde é noticiado e segundo o autor engenheiro António Santiago Batista, ex-presidente da ferrominas E.P., ex-vice-presidente da EDM, S.A e ex-presidente da Somincor, S.A enuncia um conjunto de "cinco alertas vermelhos que lançam dúvidas sobre os pressupostos, os resultados e a fiabilidade global do projeto tal como tem vindo a ser apresentado e acrescenta, sob pena de o Estado decidir não apoiar o financiamento deste projeto, e/ou em parceria com a União Europeia virem em última instância os custos do insucesso a recair sobre os contribuintes portugueses. O mesmo autor sugere ainda uma reanálise e esclarecimento do projecto. A nossa pergunta Sr. Presidente, é saber que factos novos tem sobre o projecto mineiro de Moncorvo que possa informar esta Assembleia. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago, dizer que chegou o deputado Luís Esteves. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Obrigado. Ora, muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público em geral. -----

Na última Assembleia, levantei aqui ao Sr. Presidente a questão da água do Peredo, dado que tinha havido um problema grave em agosto, na época em que, de facto, há gente nas nossas freguesias. Era a questão do reservatório, que se verificou que estava completamente inundado com lodo, que a água a sair das torneiras era autêntico barro. Queria perguntar, visto que o Sr. Presidente disse que ia ver o que é que se passava efetivamente, quais eram os procedimentos das Águas de Trás-os-Montes, o que é que o Sr. Presidente fez, e mais, se os reservatórios de Urros e do Peredo já foram lavados. E o que é que o Sr. Presidente fez para obstar a que aquilo que aconteceu não volte a acontecer, porque, de facto, é muito mau. Vou esperar pela resposta do Sr. Presidente, e depois voltarei ao assunto. -----

Esta semana – penso que foi esta semana – foi publicado um estudo sobre qualidade da governação local em Portugal. Provavelmente o Sr. Presidente já tem conhecimento disso, provavelmente até já tem o livro onde constam todos os documentos. E nós vemos que Trás-os-Montes e o nordeste transmontano estão bem classificados, estão bem representados, aparecem muitos Municípios com bons índices de boa governabilidade e de bom governo. E aparecem alguns que, de facto, surpreendem, porque nós podíamos pensar assim: um estudo desta natureza terá mais a ver com Municípios de grande dimensão, ou até de média dimensão, Municípios do litoral que, de facto, têm outras condições para exercer uma boa governação. Mas, ficamos surpreendidos e vemos que, de facto, há em Trás-os-Montes, no nordeste transmontano concretamente, Municípios que estão bem classificados. Diz assim um jornal da nossa região: “Carrazeda de Ansiães é o Município português que mais previne a corrupção.” Em segundo lugar, por acaso fui consultar o estudo, muito por alto, e aparece, para minha surpresa, Vila Nova de Foz Coa, que é aqui ao lado já. Por acaso Moncorvo não aparece nos vinte e cinco primeiros – no estudo que eu vi só vai até aos vinte e cinco primeiros, aparece a classificação até aos vinte e cinco primeiros. Moncorvo, não sei se por acaso o Sr. Presidente sabe se tem alguma classificação. Depois, mesmo outros, este jornal regional diz assim: “Bragança tem a melhor governação global. Carrazeda de Ansiães faz-se notar a nível nacional por ser um dos Municípios que mais investe em serviços sociais.” Quando a média nacional é de quinze euros (15€) por habitante, em Carrazeda de Ansiães gastam-se – pasmem-se – cento e vinte e cinco euros (125€). Isto é, de facto, de relevar e deixa-nos orgulhosos, mas deixa-nos também tristes, porque Moncorvo não apareceu. Vai aparecer mais à frente, e já vamos ver por quê. -----

*Handwritten signature*  
Pedro

Depois, aparecem outros: aparece, por exemplo, na governação global, Bragança, que já disse, é a primeira do distrito, depois aparece Vimioso, volta a aparecer Foz Coa, e aparecem mais. Na eficácia governamental aparece Mogadouro, classificado em décimo segundo lugar. No tal estudo, num Estado de Direito, prevenção da corrupção, aparece Carrazeda (que já tinha dito), Foz Coa, Miranda e Bragança. E depois, o jornal diz assim: “Nem tudo são rosas no Nordeste. No que toca ao parâmetro voz dos cidadãos e prestação de contas, há vários Municípios com uma classificação fraca, como Vinhais, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Carrazeda.” Mas, depois, mais abaixo ainda diz assim: “No Índice de Transparência Municipal de 2017 (o último publicado), a prestação dos Municípios do distrito não é famosa. Com os melhores resultados surgem Alfândega da Fé (em 15.º lugar), Bragança (55.º), Carrazeda (65.º), Freixo (105.º), Macedo de Cavaleiros (134.º), Mogadouro (152.º), Mirandela (153.º), Torre de Moncorvo (270.º).” É o número duzentos e setenta. Sr. Presidente, isto não o deixa preocupado? O senhor gaba-se de que, de facto, está a fazer uma boa governação no nosso concelho, que está a projetar o nosso concelho. Mas, se, de facto, essa governação fosse informada, tivesse por base critérios de boa governabilidade que são referidos, não por uma empresa qualquer, mas por uma Fundação – que o senhor sabe quem é que fez este estudo, penso que é a Fundação Francisco Manuel dos Santos – acho que a sua governação, de facto, seria muito melhor. E se a governação fosse melhor, seria melhor para os cidadãos e para a projeção do concelho a nível nacional, e para contribuir para fixar os nossos jovens, dar melhor vida a quem aqui vive, e não uma perspetiva tão fraca como nós vemos todos os dias, em que as pessoas abandonam cada vez mais as nossas freguesias, estão completamente desertas, não há ninguém. Um desconhecido que vá às nossas freguesias, principalmente agora no inverno, se quiser procurar alguém, não tem na rua a quem fazer uma simples pergunta, porque não existe ninguém, está tudo deserto. O senhor criticava muito, antes ????. De facto, Sr. Presidente, meta a mão na consciência, e para mim é uma tristeza não ver aqui em nenhum destes índices de boa governação uma única vez Moncorvo citado, e só encontrar como um dos últimos classificados nestes índices. É, de facto, muito mau. E penso que o Sr. Presidente está no início (praticamente) do mandato, deve meter a mão na consciência, deve rever procedimentos. -----

Esta questão da prevenção da corrupção, é uma questão fundamental. Sr. Presidente, já temos falado da transparência, o Município de Moncorvo não tem uma atividade transparente, e o Sr. Presidente tem que se preocupar com isso, isso é fundamental, isso evita e previne muitas questões. Mas, a palavra “prevenção” para o Sr. Presidente tem pouco significado, nem sei se conhece, porque não preveniu, por exemplo, a questão do fogo na Serra do Reboredo, nem previu nada. O Sr. Presidente, dois dias antes do grande fogo, teve um aviso, o senhor sabe

que teve um aviso. Na Açoreira existia um foco de incêndio dois dias antes, o Sr. Presidente soube disso. Ora, isso é um alerta. -----

Pronto, terminei. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dizer que chegou o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues Aires, dentro do período regimental. Tem a palavra o Sr. Deputado João Pavão. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, funcionários do Município, estimados deputados, Srs. Presidentes de Junta, estimado público. -----

E hoje, também dar os parabéns ao colega de Bancada, Sr. António Júlio, que hoje faz anos. -- Relativamente aos assuntos relevantes para o Município, trago aqui somente perguntas em quatro áreas: educação, cultura, investimentos e infraestruturas. -----

Reparámos nas apreciações da atividade municipal a abertura do curso de especialização tecnológica de viticultura e enologia. Somente perguntar quantos formandos tem o curso e quais são os encargos para o Município, e também, neste caso, para a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo. -----

Verifiquei também na atividade municipal que o Município participou num debate regional sobre recursos minerais, no âmbito da CCDR. Queremos saber se isso resultou em alguma conclusão para o Município relativamente ao investimento das minas de ferro. -----

Perguntar também de uma notícia que saiu no dia 1 de novembro de 2018 no Mensageiro de Bragança, relativamente à antiga fábrica de cobertores no Felgar, se o Município tem previsto algum investimento no âmbito do Quadro Comunitário, ou alguma parceria com alguma entidade governativa para reabilitar aquele espaço. -----

Depois, perguntar como é que está a situação do deslizamento de terras na Serra do Reboredo. Sei que são problemas que já podem vir de trás, relativamente ao deslizamento das terras, mas perguntar o ponto em que estamos, porque quando chove, sabemos que a rua ali junto ao Celeiro fica completamente inundada, provocando prejuízos aos comerciantes locais (que há ali uma loja). -----

E perguntar também, que na última sessão recebemos notícias de que o investimento mineiro arrancará em 2019, em que ponto é que essa situação está. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, vereadores, deputados, estimado público, bom dia a todos. -----

Vou começar por referir que existe um Protocolo entra a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e o Instituto Politécnico de Bragança e é sabido que as salas estão arrendadas à Câmara Municipal. Recordo que os custos que a Junta de Freguesia tem, são custos de eletricidade, luz, gás, água, produtos de higiene, entre outros. São só custos pontuais, que temos que os assumir. -----

Queria felicitar a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo por mais uma excelente ideia, mais uma iniciativa, mais uma atividade que traz, de facto, gente a Moncorvo, que é a Aldeia Natal, uma vez que temos recebido bastantes visitantes dos concelhos vizinhos. Mais uma vez, os meus parabéns por esta iniciativa. Está, de facto, muito bonito Torre de Moncorvo. -----

E voltando à questão da transparência Municipal referida pelo Sr. Deputado Fausto, você disse dia 18 de dezembro, hoje estamos a dia 10, não sei, enganou-se de certeza. Foi um lapso, tudo bem. Em todo o caso, o senhor sabe qual é a minha opinião em relação a esses estudos de transparência municipal – uma vez que a Associação Nacional de Municípios continua a não reconhecer esses estudos e esses índices de transparência, mas o Sr. Presidente de Câmara irá responder, com certeza. -----

E é tudo. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Martins. -----

-----**O Deputado António Manuel Martins:** Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Deputados, funcionários, Exmo. Público: -----

O assunto que vou apresentar é particular da minha freguesia, mas que penso que também será de outras, que são as casas em ruína, que algumas delas causam insegurança a quem passa junto das mesmas. A minha questão é a seguinte: nós devíamos articular aqui um sistema de fazer cumprir aos proprietários pelo menos as normas de segurança, ou seja, quando há paredes a ruir, quando há telhas do telhado a cair, devíamos fazer com que eles, proprietários, evitassem ou reparassem essas deficiências. Acontece que, quer a Junta, quer a Câmara, têm algumas dificuldades. Nós, Junta, já temos colaborado com a Câmara, fazendo a denuncia, a Câmara elabora o processo, avisa as pessoas, e as pessoas não cumprem. Temos lá pelo menos dois ou três casos. É evidente que há lá muitos mais casos que nos devem preocupar. Acontece é que mesmo depois de elaborado todo o processo, os resultados são nulos. O que é que nós poderemos fazer, Sr. Presidente da Câmara, para evitar que estas coisas aconteçam? Porque o que a mim me preocupa é a segurança de todos, é a segurança do público; não são as casas em ruínas, repito, é a segurança de todos. -----

Há uma situação que muitas vezes os proprietários vizinhos denunciam e a Câmara também atua nesse sentido, que é: há uma casa perfeitamente habitável, e ao lado uma em ruínas. O telhado desta caiu. Entretanto, chove e entra a água para a habitação contígua. Eu penso que aqui, nem a Junta, nem a Câmara, têm qualquer responsabilidade; têm que ser os dois proprietários a resolver a situação. Mas, acontece que estas situações também nos chegam, e a Junta reporta à Câmara, mas eu penso que aqui – parece-me, no meu modesto entendimento – quer a Câmara, quer a Junta, não têm qualquer responsabilidade; terá que ser entre eles. -----

Resumindo, o que mais me preocupa é os efeitos que possam ter, efeitos práticos, do aviso da Câmara, em colaboração com a Junta, dos proprietários que têm as casas em ruínas, e que põem em causa a segurança dos transeuntes. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Vítor Vieira, faça favor. -----

-----**O Deputado Vítor Vieira:** Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, deputados, membros da Mesa, funcionários do Município e público presente. -----

Como Presidente da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha, e Presidente da Banda Filarmónica de Felgar, não queria deixar de agradecer o apoio deste Executivo pela participação no encontro do 1.º de dezembro, em Lisboa, onde se encontravam presentes trinta e cinco bandas filarmónicas do País, contando com 1900 executantes musicais. Esta participação só foi possível com a ajuda do Município. Quando assisti na televisão, mais concretamente no canal RTP1, pude constatar que o nome do concelho foi visado e foi projetado nesse mesmo evento. -----

Não queria deixar também de partilhar a preocupação das habitações em ruínas, apresentada aqui pelo Sr. Deputado António Martins, pois como é do conhecimento geral, no Felgar houve um incêndio numa habitação que se encontrava devoluta. Acho que temos que encontrar um consenso entre todos, e analisarmos o que se poderá fazer para não acontecerem estas situações que poderá prejudicar casas habitadas. Já foram alertados vários proprietários.-----

Relativamente ao que o Sr. Deputado João Pavão disse, sobre a fábrica dos cobertores do Felgar, penso que foi pena o artigo só ter saído agora, pois só depois da saída do artigo se lembraram da fábrica dos cobertores do Felgar, ainda bem que saem estes artigos, pois só com estes as pessoas ficam sensibilizadas com as coisas boas que se estão a perder. -----

E obrigado por este momento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões levantadas, dizer que dada a meia hora regimental, verifica-se a presença de vinte e sete membros, faltando unicamente a Sra. Deputada Maria de Lurdes Moutinho Reis. -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. Muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Vereadores, Srs. Funcionários, público em geral. -----

Não sabia que o Sr. António Júlio Andrade fazia anos hoje, parabéns. E o primeiro agradecimento era para o Sr. António Júlio Andrade, porque ofereceu três documentos para o arquivo histórico, e que eu passo a citar: a declaração de Paulo Couraça Teixeira, tabelião nesta vila ??? padeiro desta vila, culpado pela morte de Jerónimo de Castro de Sá, de 08.06.1666; outro documento de 08.10.1802, assinado ??? n.º 11, comprou Leopoldo Henrique Magalhães a António Ribeiro, do Felgar, por cinco mil reis; e outro de 20.12.1802, assinado nas ???, n.º 29, comprou Leopoldo Henriques Botelho de Magalhães a Manuel Moreira, pela quantia de nove mil reis. O meu agradecimento pessoal e em nome do Município, porque o acervo do nosso arquivo fica muito melhor e muito mais enriquecido com esta oferta, e eu entendo que estes dados devem ser públicos, para todos terem conhecimento. -----

Sr. Deputado Eduardo, a manutenção da ecopista, tem toda a razão. A manutenção da ecopista teve aqui duas situações – até diria três: a primeira, a do concurso ganho pela Dourogás, cuja travessia vem do Larinho para Moncorvo pela ecopista, e cujos trabalhos ainda não foram aceites pela Câmara Municipal, razão pela qual entendemos que a abertura de uma vala não quer dizer que seja arrancada toda a madeira que está na vala. Há cauções do empreiteiro que nós iremos assegurar. -----

Mas, por uma sugestão do Sr. Deputado na sessão ordinária de 29.06.2018, foi retirado dos acordos de execução todo o troço da ecopista cuja responsabilidade era das Juntas de Freguesia, uns que não o querem realizar, outros que o realizaram, e outros que nunca quiseram saber. E portanto, se bem se recorda, apesar de o Sr. Deputado ter, e passo a citar, que disse o seguinte: “Era só apenas um reparo, aqui no acordo com a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, que estava a tentar procurar, relativamente ao objeto ??? na estrada municipal identificada no anexo 1...”, e depois, no anexo 1, relativamente ao de Moncorvo já não é ecopista. E a proposta era que fosse retirada, o que nós aceitámos. Este é o segundo momento. -----

Terceiro momento, na reunião imediatamente subsequente, reunião de Câmara, levámos uma alteração orçamental para abrir um procedimento para limpeza também da ecopista, através de

uma empresa privada, uma vez que saía da Junta e a Câmara não tinha capacidade, e continuamos a não ter capacidade para o tratamento, sendo certo – quarto momento – que a partir daí temos o processo a decorrer com a REFER, em que há a contrapartida da prestação de trabalhos com o arrendamento que nós estamos a pagar à REFER. E portanto, eu espero que, regressando ao Ponto 1, consigamos que a empresa que toma as cauções que tem obviamente reponha, e depois nós consigamos proceder à normal limpeza, para emitir a fatura à REFER, e assim sucessivamente, como vamos fazer a partir do ano de 2018 – ou seja, do ano em curso. -----

Quinto ponto: não há trabalhos duplicados, nem pagamentos duplicados. Só a má fé de quem não quer ver é que consegue dizer isto, porque eu tenho que os Srs. Presidentes de Junta são pessoas honestas, ao contrário de outros, porque se calhar nunca passaram por lá. E portanto, eu quero dizer-vos o seguinte: os acordos que os Srs. Presidentes de Junta assinam a 19 de março de cada ano, só recebem no ano subsequente, ou seja, é a expensas próprias deles que estão a fazer esse trabalho, e depois, através de auto, é-lhe dado o montante executado nos acordos de execução. -----

A sinalização, tem razão, mas se já reparou, temos feito um trabalho que tem tido algumas consequências, nomeadamente sinalização vertical, sinalização para deficientes – e estamos a entrar agora na terceira fase, que é a de fazermos a sinalização no pavimento. Há uma rua que eu sei, até pela quantidade de pessoas que estacionam lá, que é a Rua Doutor João Leonardo, que tem problemas – essa é uma delas, por exemplo – e estamos a tratar disso. Havia outra complicada que era na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, que não era perceptível a possibilidade de quem vem da Municipal 220 poder virar à esquerda, já está. Mas, estamos agora a fazer um estudo com a Divisão Técnica para se tratar numa empreitada da sinalização toda nas próprias ruas. -----

Quanto aos cinco alertas vermelhos que saíram no Público: bom, não pondo em causa, primeiro, o profissionalismo e o saber do autor – não ponho em causa; agora, acho estranho que a menos de uma semana da assinatura do RECAP, quando houve tanto tempo para o público se pronunciar, esse senhor que foi o responsável pelo fecho das ferrominas em Torre de Moncorvo, tenha agora vindo com cinco alertas vermelhos. Mas, eu contraponho esses cinco alertas vermelhos com os cinco alertas que eu também darei sobre o que entendo que foi essa comunicação. E acrescentarei um sexto alerta vermelho. -----

Primeiro alerta: durante a participação da Rio Tinto, em parceria com a concessionária MTI, não houve qualquer tipo de apoio ou enérgico envolvimento político – como lá dizia no jornal Público – de apoio por parte do Governo de então, apenas o normal relacionamento entre a Administração Pública (DGEG) e o consórcio formado pela Rio Tinto e MTI, durante a passagem da fase de prospeção e pesquisa para a fase de exploração experimental. Já agora,

nunca o projeto desenvolvido por este consórcio se assumiu como um projeto de grandes dimensões com vista à produção seis milhões de toneladas anuais de um superconcentrado para fins siderúrgicos, em condições concorrenciais com as grandes empresas que dominam o abastecimento do setor siderúrgico europeu e mundial. Nem tal poderia acontecer quando se iniciava apenas a fase de exploração experimental. A desistência da Rio Tinto deveu-se à crise financeira de 2012, que como é do conhecimento público, levou ao abandono de quase todos os projetos daquela empresa fora da Austrália. -----

Alerta vermelho n.º 2: é verdade que a primeira projeção do projeto desenvolvido em fase de estudo prévio, como é normal, na fase de exploração experimental, previa uma produção anual de cinco a seis milhões de toneladas, mas de volume de extração, com uma perspectiva de produção de três milhões de toneladas de concentrado férreo. Isto está tudo no estudo enviado. Mais uma vez, nunca se referiu em termos de conceção de projeto um valor de produção de seis milhões de toneladas anuais de concentrados, muito menos em 2012, quando a Rio Tinto já se tinha retirado do consórcio. Uma leitura atenta do relatório de avaliação, na parte ambiental, na versão de 2014, sobre o estudo prévio apenas desenvolvido pela MTI, clarificaria a surpresa pelo abandono da exploração do depósito do eluvial da Mua – aliás, muito comentado na comunicação social. Se bem se recordam, foi no Cabeço da Mua que as instituições ambientalistas, e principalmente a APA e o ICNF, mais reservas tiveram, e obrigaram a fazer a partir daí – e não na Mua – todo um novo estudo de impacto ambiental, sendo certo que o que era referido lá era que sem sombra de dúvida, a Mua era o mais importante, porque era o único que estava estudado. Até aqui, o artigo não estava como devia ser. A exploração desta jazida implicaria a destruição de galerias mineiras, atualmente classificadas como abrigo de morcegos de categoria nacional – é assim que está – pelo que essa solução não teria aprovação ambiental. Não se trata, pois, de um percurso errático, como se diz no artigo, mas antes adequado aos constrangimentos ambientais naturalmente à discutibilidade do risco existente. -----

Alerta vermelho n.º 3 do artigo: a solução logística apresentada e aprovada pelas autoridades ambientais corresponde a uma produção máxima possível em função do estado atual das infraestruturas logísticas e de transporte. Se bem se recordam, veio aqui um documento assinado pelo então Ministério das Infraestruturas, em que diversos organismos assinaram e aceitaram o transporte rodoviário. Uma leitura mais atenta – ou menos enviesada – do estudo de impacto ambiental seria clarificadora a esse respeito. Certamente por distração não se refere nesse alerta vermelho que a produção prevista é agora limitada a uma média anual de um milhão de toneladas / ano, de um mix concentrado de baixa qualidade para uso siderúrgico e de um inerte para obras marítimas durante os cinco anos iniciais, passando, então, para o nível ??? de 2,2 milhões de super concentrados. O projeto foi desenvolvido ???. De facto,

numa fase inicial de cinco anos, apenas se prevê explorar um depósito eluvial de sete milhões de toneladas de minério. Considerou-se que seria o prazo necessário para instalar a capacidade técnica para a produção futura de 2,2 milhões de toneladas de concentrados por ano, sendo este valor máximo definido em resultado da capacidade máxima de infraestruturas logísticas, nomeadamente a disponibilidade ??? de graneis declarada pela Administração do Porto de Leixões. Volto a referir, só por desconhecimento se afirma que o projeto apenas refere a colocação de concentrados no Porto de Leixões. É sabido que a operação de carregamento de navios no Porto de Leixões é da responsabilidade da empresa. Gritar alertas porque a produção era muito ambiciosa, e depois gritar o alerta da produção reduzida revela um desconhecimento significativo do projeto aprovado. -----

Alerta vermelho n.º 4: afinal, reconhece o autor do artigo de opinião que a atual dimensão do projeto resulta da avaliação dos seus impactos ambientais – está lá escrito – na perspetiva da Legislação e da Administração Pública portuguesa, e não de uma retração prospetiva do concessionário. Se houvesse uma intenção construtiva por parte do autor do artigo de opinião, seria de referir que as soluções do projeto em fase de estudo prévio, submetidas à apreciação da Administração Pública, não foram negativas por erros e carências de documentos, mas sim em resultado de um dado nível de incompatibilidade entre o projeto e os constrangimentos ambientais identificados. Aliás, podia também o autor do artigo referir que não foram colocadas objeções ao projeto durante a fase de consulta pública – é aqui que nós nos admiramos, como é que na fase de consulta pública – e volto a referir, não pondo em causa a idoneidade e o saber da pessoa em causa – por que é que não se pronunciou, e só o veio fazer agora. Tal deve-se, naturalmente, à articulação entre a Administração Pública e do concessionário, que manifestou uma total abertura para a divulgação do resultado dos trabalhos em curso, como é da sua obrigação enquanto concessionário, promovendo sessões públicas de apresentação do desenvolvimento dos trabalhos em curso em Lisboa e em Torre de Moncorvo, tendo inclusivamente sido convidado e estado presente o autor do artigo. -----

Alerta vermelho n.º 5: no que respeita à manutenção comercial e à validação confiável da procura da produção, sejam eles os mix de produtos atípicos ou o concentrado de alta qualidade, certamente que a concessionária não investiu e desenvolveu todo este trabalho para obter uma concessão de exploração para agora, de forma leviana, ??? insuficiências do programa de comercialização da produção. Com certeza que é do conhecimento do autor do artigo de opinião que os acordos e as transações comerciais no setor mineiro decorrem sob rígidos acordos de confidencialidade. Tal como noutras atividades económicas, os acordos de comercialização não são para discutir na praça pública. Mas, para tranquilizar o autor, podemos dizer-lhe que sempre considerámos que só existe um bom negócio quando ganham todas as partes. -----

À laia de conclusão, cabe-nos referir que a empresa concessionária desenvolveu o seu projeto recorrendo a capitais próprios, tendo beneficiado de apoio comunitário apenas num projeto de investigação desenvolvido em parceria com o Instituto Superior Técnico durante a fase de prospeção. Não é intenção da concessionária recorrer a fundos do Estado ou comunitários, tendo acautelado, como sempre fez, que os investimentos seriam feitos com recurso a capitais privados. -----

E agora, o alerta n.º 6, da responsabilidade da Câmara Municipal: permitimo-nos deixar aqui um sexto alerta vermelho, que infelizmente não mereceu a atenção do autor, sobre o contributo que este projeto pode trazer às comunidades locais e à economia regional, cujo processo regressivo se vem acentuando desde o encerramento das minas de ferro de Moncorvo. -----

Pensamos ter assim contribuído com este esclarecimento para tranquilizar o autor do artigo, que pelas múltiplas funções que este exerceu durante a sua vida profissional, entre elas encerrar o projeto das ferrominas em Moncorvo, poderia ter solicitado um esclarecimento à empresa concessionária e ao próprio Município, naquilo que lhe cabe, sobre o estado dos trabalhos, que teria sido fornecido com muita consideração, em vez de lançar desconfianças sobre um projeto desenvolvido com rigor e capitais próprios, que segue o seu caminho e procurando assumir-se como um projeto viável e um investimento grande, relevante para o contexto social e económico da região. -----

Como o Sr. Deputado Eduardo sabe, não tínhamos combinado isto para eu trazer isto preparado. As respostas foram dadas imediatamente, quando saiu o artigo de opinião, diretamente à comunicação social, mais propriamente à TSF. E respondendo à pergunta, eu comentei que o projeto que estava lançado pelo então Governo que este quer manter é insustentável. Eu não consigo perceber como é que um Sr. Ministro das Infraestruturas e Planeamento não consegue perceber que a Linha do Douro é essencial para os territórios, para estes territórios. Mais, não consigo perceber como é que não entende que uma proposta de estudo Pocinho – Vila Franca das Naves seria o desencravamento de todo o interior. E mais, não consigo entender como é que o Governo Português, e os sucessivos Governos Portugueses, depois de terem lançado a proposta da via ferroviária da Beira Alta, duas vezes já chumbada pela União Europeia, vão lançar a terceira vez o mesmo concurso, excluindo a Linha do Douro, quando os Srs. Representantes da REFER foram obrigados a não deixar sair o estudo para a comunicação social, que dizia que a Linha do Douro, das trezentas e sessenta e oito estudadas na União Europeia, era a quadragésima oitava mais rentável, só em passageiros, sem aumentar a via para as mercadorias. Mas, mais: Espanha quer a Linha do Douro. Espanha tem um problema, mas está a resolver, que é encontrar o oceano para os portos secos de Salamanca. E estamos a duzentos e dezoito quilómetros. Os portos secos de Salamanca neste momento equivalem a um PIB imenso, quer para o Reino de Espanha, quer

para nós, se passasse por aqui. E estão a fazer um estudo a contornar Portugal, a ir ao Minho, sempre por Espanha. E por quê? Porque o Governo Português, na parte que lhe compete, não dá o seu aval. E este é que é o verdadeiro drama destas nossas terras. -----

Quanto à entrevista na TSF, já teve resultados: é que o Sr. Presidente da Administração da Douro Azul veio dizer que nunca foi contra a retirada do minério do ferro de Torre de Moncorvo pela via marítima, que não é verdade. Foi contra, e expressou-o publicamente várias vezes.-----

Agora veio dizer que não, veio dizer que é a favor, desde que se resolva o problema das eclusagens. Eu recordo aqui, não sei se já vos disse uma vez, que estava num debate com ele e com o Prof. Braga da Cruz, e que o Prof. Braga da Cruz, depois de tanta coisa, dizia o Prof. Braga da Cruz: "Felizmente, eu ainda estive nos primórdios, quando isto aconteceu." E quando as barragens eram para ser construídas, nenhuma tinha eclusa. E se hoje permite ao turismo circular foi porque um despacho de 1981, do Governo presidido pelo Dr. Pinto Balsemão, obrigou a que houvesse eclusagens para a retirada do minério de ferro. Isto é bom que as pessoas não se esqueçam, apesar de estar em voga o turismo. -----

Portanto, esta resposta dos cinco alertas, foram ditos na TSF, fez na sexta-feira oito dias, e portanto, já teve pelo menos esse condão, de a administração de uma empresa que fatura milhões telefonar para a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. -----

Quanto ao segundo assunto, Sr. Deputado Fausto, falámos da água, e na altura eu tinha aqui um asterisco para lhe responder. Quando respondi que o reservatório em si é da responsabilidade da Águas de Trás-os-Montes, não é, é da Câmara Municipal. A entrega da água em alta é que é da responsabilidade da Águas de Trás-os-Montes. E portanto, alguns bypass que se fazem de vez em quando para resolver a situação têm que ter obrigatoriamente autorização da Águas de Trás-os-Montes. -----

Quanto aos reservatórios, há de ver que durante o ano de 2019, não será só no Peredo, será feita uma revisão a todos os reservatórios de água. Por isso, está também no Orçamento que vocês têm à vossa frente hoje para analisar e para votar. O que é que se fez? De imediato se fez uma reunião com o Administrador da Águas do Norte, tendo ido a alguns para vermos como é que aquilo está, nomeadamente Felgar e Maçores. Foi aleatoriamente, eles já traziam o que queriam ver, fomos ver Felgar e Maçores, e chamou-se também à atenção para essas situações, e mais, para os trabalhos que são iniciados, e depois não se completam, nomeadamente o asfalto e, muitas vezes, como eu disse, fazem-se bypass e não se faz trabalho na íntegra. Também é para terminar, disse-me que em 2018 iria ter um relatório, não acredito, ainda não chegou, entretanto, e não acredito que nas quadras natalícias vá chegar, mas chegaremos lá, de certeza absoluta. O que é certo é que na parte do reservatório será uma empreitada de cariz municipal. -----

Bom, depois, o fogo da Açoreira, eu sei, eu estive lá, estive lá num e estive no outro. Agora, eu, como não sei de tudo, e acredito nos técnicos, e acredito na Associação dos Bombeiros Voluntários, que devo dizer que se entregam de alma e coração à prevenção e ao combate dos incêndios, e como estive lá, nomeadamente a acompanhar uma equipa do GIPS, o que eles disseram é que não tinha grande hipótese. Eu vou dar-lhe outra vez um exemplo: quando o fogo está em cima do Alto de Felgueiras, foram cair fagulhas por baixo de uma ??? que está lá, da quinta do Dr. Rui Salgado, numa língua de fogo, que nós ficámos lá de baixo, e eu estava lá com o GIPS. As condições atmosféricas também não eram as favoráveis. E nunca se fez tanto investimento, como sabem, na limpeza do Reboredo como agora se está a fazer, e como antes já se tinha feito. Estou, tal como os meus Vereadores, de consciência tranquila quanto à limpeza das matas e à conservação do Reboredo. -----

Quanto aos Municípios que refere, eu dou os parabéns a todos. Dou os parabéns a todos. Agora, se utilizarmos um milhão de euros (1.000.000€) para uma comunidade de duas mil e quinhentas pessoas, e para uma comunidade, um milhão de euros (1.000.000€), o custo per capita é sempre diferente, não é preciso ser um grande investigador em matemática para perceber que um milhão (1.000.000€) dividido por diversas pessoas, per capita é diferente o resultado. Mas, nem vou entrar nesse assunto, é que não vou mesmo, porque tenho aqui algo que os Srs. Deputados também devem ter lido, que é o Anuário Financeiro dos Municípios. E quando o senhor diz que as prestações de contas sobre um Município qualquer, que eu nem escrevi, o que eu lhe tenho a dizer é simplesmente isso, que estamos em décimo sétimo lugar naqueles que mais passivos financeiros pagaram, dos trezentos e oito. Estamos nos vinte Municípios com melhor resultado operacional, em décimo quarto Torre de Moncorvo, não vejo cá nenhum de Bragança. E isto é a base para as declarações oficiais, não é para estudos, nem estudinhos, nem transparências. É o documento. Se fosse para os cristãos, podia ser a Bíblia, ou podia ser qualquer livro sagrado que quisesse ter. É por aqui que nos seguimos. Independentemente disso, o que lhe quero dizer é que se a prestação de contas fosse como se diz, não estaríamos em nono lugar nos resultados operacionais. Portanto, podem trazer o que quiserem, podem ler o que quiserem. Eu percebo que o filtro é sempre o filtro do negativismo, mas esse, eu prefiro sempre ter o positivo, o neutro e o negativo. V. Exas. ficarão com o negativo, e eu terei que arranjar o positivo, e alguém ficará com o neutro. -----

Quanto ao Sr. Deputado João Pavão, a abertura do curso de enologia e viticultura conta com vinte e três matrículas, dezoito estudantes que estão a frequentar o curso. E o que nós fizemos foi um protocolo a quatro, basicamente, com a escola, que também faculta os laboratórios para as aulas práticas – não têm que se deslocar a Bragança, é já uma mais valia. A escola faculta também a cantina, que os alunos pagam normalmente; a Junta, com as instalações que a Câmara arrendou para a disponibilidade do IPV, e obviamente a questão da eletricidade, é a

Junta que suporta. Eu penso que aqui estaremos de acordo que é uma mais valia para o Concelho de Torre de Moncorvo, e também referindo, já agora, o trabalho ??? teve ??? aqui estivesse. -----

O debate regional sobre recursos minerais ainda foi com o anterior Diretor da DGEG, o atual Secretário de Estado da Energia, eu não ponho em causa se estava a fazer um bom trabalho, se não estava a fazer um bom trabalho, mas a questão tinha a ver com um caso positivo em que o Município era ouvido pela concessionária, e um caso negativo, onde não tinham sido negociados sequer os royalties da exploração. Estamos a falar ??? político, em Boticas, como sabem, que não aceitam, e o caso do ???. A questão era sobre como conseguir minorar os prejuízos e maximizar os proveitos para as populações, que têm, no fundo, uma mina em laboração. Basicamente era isto, e também estava lá alguém da CCDR como anfitrião, obviamente, e a ??? que é a empresa que representa todos os concessionários de minas em Portugal, e quatro Municípios. -----

Quanto à fábrica dos cobertores, eu sempre ouvi falar da fábrica dos cobertores. Aliás, não era só a fábrica dos cobertores; se bem se recordam, havia também um museu que já era para acolher as peças que saíssem da barragem, e depois as peças que saíssem da barragem já era para acolherem um museu de olaria, e depois da olaria, já foi por aí fora, e continua sempre no Orçamento, e nunca se chegou. Estamos a falar também de pessoas, e o local escolhido tem uma pessoa lá a viver. Ou ficava sem teto, ou se fazia o museu. Eu já reuni com o Sr. Presidente da Junta para vermos uma solução para aquilo – aliás, com o anterior Presidente da Junta também já se tinha visto que possibilidade de financiamento haveria para o local. Mas, não contem comigo para colocar o que quer que seja ali pondo uma pessoa, e ainda mais na situação em que ela está, na rua, porque podem dizer assim: “Mas, até comprámos uma casa.” Compraram uma casa cujos proprietários estão a pagar ainda o IMI, que nunca passaram para a Câmara; compraram uma casa em que a senhora, como é doente, com obesidade, não se mexe, tem que subir uma série de degraus para entrar. Quer dizer, em vez de terem pensado onde é que a iam colocar para depois fazerem o projeto, não, primeiro lançam-se essas coisas, e depois não temos solução para elas, a não ser quando alguém se lembra e diz: “Atenção”. E como isto, há muito mais coisas. Se me perguntar se é importante, claro que é importante. Era importante salvaguardar? Era importante salvaguardar. Era importante fazermos aqui um compromisso com os privados que pudessem alavancar este projeto? Era, a Câmara está disponível para isso, não nas condições de retirar a senhora sem ter uma salvaguarda e uma retaguarda para ela. -----

Quanto ao deslizamento de terras: se repararam, já fizemos três intervenções, que foi a primeira no Santo Cristo, com as águas que passam agora por um aqueduto, que vão para lá para baixo em direção ??? – para toda a gente perceber – passa por baixo do novo parque de

estacionamento que está lá, por baixo da Martins Janeira, e segue por ali abaixo. Esse foi o primeiro, com a reabertura da parte que estava dos depósitos em direção à Açoreira. Fizemos um para retirar uma parte da que ia para a Fundação Francisco Meireles, que vinha diretamente ao cemitério, e que por isso tínhamos sempre problemas de estar a alagar toda aquela parte, e onde se está a construir a Capela do Santo Cristo, uma grande vala que esteve ali junto da Cooperativa, se bem se recordam, e que vai para ???, e estamos agora nesse processo a finalizar, com as águas que vêm também do Reboredo, e que se está a fazer o antigo troço que existia. E portanto, nós pensamos que a partir daí conseguiremos ter mais ou menos controlados. Obviamente que este ano foi pior porque houve mais chuva do que é habitual e tivemos os incêndios. Aí, ninguém podia fazer outra coisa, mas estamos a resolver. - Agora, questão mais concreta – e esta para aqueles que há vinte anos já estavam cá: os que estavam cá há vinte anos vão ter que explicar, provavelmente, se acontecer uma derrocada mais grave, por que é que deixaram que determinadas vinhas fossem plantadas e fechassem linhas de água, por que é que determinadas construções foram edificadas e aceitassem fechar a linha de água, e de todas as que Moncorvo tinha, passou a ter uma, que é exatamente aquela que está na Avenida João Paulo II, e com outro problema: é que quando foi edificado o celeiro houve um abatimento da saída desse aqueduto. Esse era o problema. Eu penso que diversificando estas linhas de água vamos conseguir resolver o problema, é isso que nós esperamos. Por isso, eu já ouvi dizer também que os aquedutos são muito grandes na serra, e que as charcas que se fizeram na serra, de retenção e contenção, não são as que deviam ser. Bom, eu aí não me posso pronunciar, porque como sabem, isso foi um projeto em que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente esteve, e foi ela que financiou. Portanto, estamos a seguir as regras, estamos a desobstruir canais, estamos a desobstruir e a limpar regatos e ribeiros, estamos a fazer isso, para ver se conseguimos definitivamente resolver a situação. ----- Quanto ao minério, penso que já falei do que tinha dito. E para desencravar o interior – aliás, deixem-me dizer-vos também isto, e dar os parabéns pelo artigo que o Sr. Deputado João Pavão escreveu no Público, que dizia que o interior era o litoral da Europa, e eu concordo perfeitamente, só que o problema é que eles entram sempre pelo mesmo litoral, que é o litoral dos oceanos, não é o litoral terrestre. E temos este problema, que é mais grave, é que hoje pergunta-se assim: onde é que estão os filhos e os netos? E eu podia responder: em 1960 eramos vinte e seis mil, e agora não chegamos aos dez? Onde é que estão? E onde é que estão os de Nelas, e onde é que estão os de Borba? As pessoas pensam que o interior é só este quadrado aqui de Bragança, e não é; hoje, o interior começa a contar a sessenta quilómetros do litoral, e isso é que é preocupante. E portanto, se eu quiser fazer um bonito, é dizer que os filhos e os netos desapareceram, foram embora. Para onde é que vamos? Vamos para um concelho, que é estar na terceira geração de competências, é um concelho que quer

levar às freguesias um Gabinete do Cidadão, conforme está aqui, porque as pessoas, quer queiramos, quer não, cada vez estão mais sozinhas e cada vez são mais idosas, queremos um concelho que saiba acolher. Queremos um concelho como neste fim de semana, que os concelhos limítrofes venham aqui usufruir dos equipamentos que nós temos, porque com isso os restaurantes têm mais gente – os restaurantes, e não só. Portanto, é isso que nós queremos. Agora, há muito tempo – não é de há três anos, nem de há quatro, nem de há cinco, nem de há dez – que infelizmente há de haver freguesias onde as pessoas que estão num lar são mais do que aquelas que habitam as suas próprias casas. -----

Falta-me a resposta para o Sr. Presidente da Junta. Obviamente que é um problema; agora, o problema é que aqui, quando nós falamos de impostos, causa urticária a umas pessoas terem a capacidade de dizer assim: “Meus amigos, vamos trabalhar todos juntos e vamos fazer com que o IMI seja a triplicar ou a quadruplicar para as casas que estão em ruínas.” Não vale a pena anteciparem o que eu vou dizer, não vale a pena. E portanto, as que estão em ruínas, devemos ter a coragem aqui de assumir, todos, por unanimidade, que as casas que estão em ruínas têm que ser tributadas de outra forma, e com uma fiscalização. E queremos que o Estado seja mais rápido, porque nós temos aqui uma no centro histórico que anda há anos com recursos e mais recursos, e mais isto, e mais aquilo, estava em perigo de cair, a Câmara ainda foi lá, e o proprietário achou que depois de ter sido notificado, tinha razão, e o tribunal achou que estava no direito ??? inalienável da propriedade. E o que é que o Estado fez agora? Uma coisa que poderia ser ???, que é poder, a parte pública, fazer obras coercivas desde logo, utilizando uma linha orçamental para compor a casa, que não conta para o limite legal de endividamento. Ou seja, estão a passar o ónus para as entidades públicas e a dizer: “Vocês podem ir àquela linha de crédito, não conta para o limite legal de endividamento”. Está bem, e depois, como é que vamos recuperar esse montante? E quando temos, como nós já tivemos, uma proposta, nomeadamente na Freguesia de Carviçais, e chegamos à vigésima pessoa, e ainda tem mais uns herdeiros e ninguém sabe onde é que estão. Por quê? Porque como vocês sabem, agora vocês podem fazer uma escritura de compra e venda, registam, fica o registo na Conservatória – ou seja, a descrição – mas a inscrição não fica nas Finanças se não forem lá. Mais um problema. -----

Portanto, meus senhores e minhas senhoras, agora temos uma boa oportunidade quando discutirmos isto, é propor que o IMI seja elevado ao máximo nos que estiverem a cair. Claro que vamos entrar numa litigância muito maior do que aquela que temos, mas se for para isso, eu estou à vontade. Agora, é preciso que os Srs. Presidentes de Junta estejam à vontade, e não seja tratado o A como “Azinho” e o B como “Bêzão”. Temos que ter coerência e sermos uniformes nisso. Se a Assembleia estiver de acordo, o Executivo, pelo menos nós os três de certeza estaremos de acordo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Não se inscreveu, mas diga. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Agradeço as palavras do Sr. Presidente da Câmara mas devo dizer o seguinte: aqueles documentos foram-me entregues por um amigo que os obteve também como oferta de um alfarrabista do Porto e é significativo que existam ainda alfarrabistas amigos de Moncorvo. Aquelles documentos foram oferecidos ao Eng.º Francisco Sendas, o Eng.º Francisco Sendas, naturalmente, ofereceu-mos a mim, por ter sido professor, amigo e dedicado a essas coisas, e eu fui entregá-los à Câmara. Portanto, os agradecimentos devem ser dirigidos sobretudo para o alfarrabista, amigo de Torre de Moncorvo, enquanto conheço outros alfarrabistas que vendem e vendem bem. É só isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----  
Passamos, então, ao Período da ordem do dia. -----

#### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS), **Fausto Tiago** (PS), **António Martins** (Coligação PSD/CDS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS) e **Vítor Vieira** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara Municipal, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, eu aqui, sem querer maçar muito os Srs. Deputados, queria pedir, porque entendo que é de interesse geral, e com os quais nos temos que debater muito em breve, iria pedir se me desse permissão para fazer aqui uma breve resenha dos diplomas que têm saído sobre as transferências de competências. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Penso que sim. Aliás, na última Assembleia Municipal falou-se que logo que saísse nova Legislação seria endereçada aos Srs. Deputados. Penso que já a receberam, pois nos últimos dias de novembro saíram vários Decretos-lei. Portanto, como é um assunto importantíssimo para todos nós, na sequência da Lei n.º 50/2018, faça favor, Sr. Presidente. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Bom, eu tenho a dizer-vos uma coisa, e que irei assumir aqui sem reservas: eu, nesta chamada descentralização ou transferência de competências, que prefiro e me permito chamar antes de “tirar a água do capote”, sou contra, e quero que isto fique assumido aqui, porque sou mesmo contra. Mas, não basta ser contra, e não tem a ver com a parte ideológica, que essa, se fosse uma verdadeira descentralização, seria a favor; sou contra pela forma como está a ser feita, e como está a ser encapotadamente feita, com culpa da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Senão, vejam: de todos os diplomas – estamos a falar de oito municipais e quatro intermunicipais – têm duas situações idênticas em todos, que são as duas únicas situações. A primeira, que pode parecer de somenos importância, mas eu já vou explicar por que é que não é de somenos importância, na minha perspetiva, é que nenhuma diz quando é a entrada em vigor. Nenhuma. E a segunda, nada nos diz sobre a contrapartida financeira para estas competências, e isso é grave. -----

Mas, quando vos digo que não é de somenos importância não se saber quando é que entra em vigor, é porque isto obriga-nos a todos a ter conhecimentos jurídicos, e esse é que é o principal problema, é a forma como está redigido, que das duas, uma: ou não foi feliz, ou foi de má fé. Diz o seguinte o Decreto: “Os presentes Decretos-lei produzem efeito no dia 1 de janeiro de 2019...”, e depois diz: “Os Municípios e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências previstas para o ano de 2019 podem comunicar esse facto à Direção Geral das Autarquias, após prévia deliberação dos órgãos deliberativos...” – ou seja, as Assembleias – “... sessenta dias após a entrada em vigor.” Ora bem, os menos incautos poderão dizer: ora, só produz efeito a 1 de janeiro de 2019, sessenta dias corridos, lá para março. Só que a questão não é essa; é que nos Decretos-lei, depois, sem fazerem qualquer referência, aplica-se a lei geral de entrada em vigor. E o que é que diz a lei geral? Diz que são promulgados, depois são publicados, e depois têm a entrada em vigor. Foram promulgados a 7 de novembro de 2018, foram publicados – eu não vou dizer a data de cada um agora, digo depois quando analisarmos um a um – entre 27 de novembro e 29 de novembro, o que quer dizer que a partir desta data temos que contar sessenta dias. Em média, estão em vigor já desde o dia 3 de dezembro, em média – estou a fazer a média, de dia 27 a dia 29. Entra em vigor, ou seja, a 3 de dezembro, o que quer dizer que neste momento o Município de Torre de Moncorvo, que ainda não disse nada, está dentro desta descentralização há quase um mês, vai fazer um mês em janeiro. -----

Agora, o que é que temos? Duas situações, decretos em desenvolvimento que ainda não foram publicados: educação, ação social, saúde, áreas portuárias marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária, informação cadastral, gestão florestal e de áreas protegidas, policiamento de proximidade, proteção e saúde animal,

segurança de alimentos, segurança contra incêndios. Estas são as que não têm desenvolvimento. -----

Agora, proteção civil: num longo elenco de atribuições está aqui uma amálgama que é difícil de desatar o nó. Há uma alínea que diz assim: “Para o Município: apoiar as equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários (Decreto-lei n.º 103/2018, de 29 de novembro)”, e diz “competências transferidas: apoiar o funcionamento das equipas de intervenção, participando nos custos com seguros de acidente de trabalho e nos custos com a aquisição de equipamentos.” O Município já o faz. O problema é que o Decreto n.º 103/2018, de 29 de novembro, passa também estas competências para as entidades intermunicipais. E de que forma? Desta forma: o domínio da rede de quartéis de bombeiros e dos programas de apoio às corporações de bombeiros passa a ser competência das entidades intermunicipais – neste caso, das CIM’s. Portanto, quem é que vai apoiar os bombeiros? São as CIM’s. Que articulações temos? Nós deixamos de estar na de Bragança, passamos a estar na de Vila Real, ou cria-se uma. Tanto mais que a CIM, como sabem, candidatou duas brigadas, e disse que só aceitavam uma se tivessem a segunda, e meios pesados. O que é que são as brigadas? No fundo, são as equipas mais musculadas, equipas a triplicar – em vez de cinco homens, são quinze, com maquinaria pesada. Agora, imaginem: uma CIM com cinco Municípios, ou com nove, tem uma brigada; uma com dezanove tem uma brigada também. Só quem não conhece o território. Vejam bem o que é estar em Mesão Frio e deflagrar um incêndio em Freixo de Espada à Cinta. Podia acontecer exatamente o que disse o Sr. Deputado Fausto: então, não chegaram, mas vocês tinham uma brigada; e depois explicar aqui que não era possível Mesão Frio chegar a tempo a Freixo de Espada à Cinta? Ou seja, isto é “tirar a água do capote”. Então, o que nós dissemos foi que nós aceitamos essa responsabilidade se forem duas brigadas, independentemente do local onde ficam. Sabemos que uma é do Douro Norte, e outra do Douro Sul. Nem se tinha chegado onde é que ficavam, se era numa autarquia socialista, se era numa autarquia do PSD, se era numa autarquia da CDU, se era do CDS, nada; queríamos era duas. Reclamámos, ainda não chegou. -----

Agora, vamos ver em concreto o que é que passou: Património, Decreto-lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, gestão do património imobiliário público sem utilização localizado nos territórios do Município. Eu, por exemplo, dou-vos já este exemplo: a antiga Pensão Marrama, estamos há perto de quatro anos à espera da assinatura do Sr. Ministro das Finanças. Uma assinatura, quando o Estado está instalado num imóvel municipal, a expensas do Município, por causa de uma assinatura. -----

Habituação, Decreto-lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, gestão de bens imóveis destinados a habitação social. Contrapartida para assumirmos isto, zero. -----

Praias marítimas, fluviais e lacustres, esta é impressionante. Quando há Municípios que já não conseguem durante o verão ter água potável para as freguesias, e que não conseguem retirar os resíduos deixados pelas embarcações, o que é que passa para os Municípios? É responsável pela limpeza, recolha de resíduos urbanos, obras de reparação e manutenção, condições de segurança, proteção, socorro e assistência, instrumentos de planeamento e ordenamento. Contrapartida, zero. -----

Transportes e vias de comunicação, foi o que entrou primeiro, Decreto-lei n.º 100/2018, gestão de troços das estradas, equipamentos e infraestruturas localizados em perímetros urbanos e de estradas classificadas no Plano Rodoviário Nacional. Nós estamos há cinco anos, seguramente, com uma queixa contra a Infraestruturas de Portugal por causa da Estrada Nacional 325, que não tem rails de proteção, não tem pavimentação e não tem qualquer tipo de manutenção. Neste momento, torna-se complicado, porque além de passar – estou a falar já só do Concelho de Moncorvo – por duas aldeias, a acelerar, têm outro problema, que é que ninguém quer saber daquilo. Já escrevemos várias vezes, mais, já interpelámos até para responsabilidade civil e criminal a existir na Infraestruturas de Portugal, eu próprio levei o Diretor ??? para ver lá aquilo, e ele disse: “É impressionante como é que isto não tem proteções.” Bom, o que é certo é que até agora nós estamos ???. Por quê? Porque a Infraestruturas de Portugal só reabre processos se for por via eletrónica ou site; o resto, por papel, não vale a pena. Tem de reabrir através de um site que foi criado; o resto não vale a pena. Isto para uma estrada nacional. E depois, acontece o que aconteceu há uns anos atrás, como se devem recordar, quando algumas estradas foram desclassificadas, algumas até contra o próprio parecer da Câmara Municipal, e que haveria um envelope financeiro que seria remetido para os Municípios, e que até hoje nunca chegou. Ou se extraviou, ou então não sei onde é que foi parar. A previsão de montante a transferir para os Municípios, zero. -----

Estruturas de atendimento aos cidadãos, instalação e gestão das Lojas e Espaços do Cidadão, já o fazemos. Instalação e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, nós também iremos inaugurar no dia 24 – quero dizer-vos que não é para ter mais uma placa, mas a Sra. Secretária de Estado quer vir cá, e portanto, dia 24 de janeiro, e aproveito para dizer já, será inaugurado o Núcleo de Apoio à Vítima, que foi feito, ao contrário de outros – no nosso pode aparecer como despesa, noutra pode aparecer como receita – ao contrário de outros, a expensas só do Município de Torre de Moncorvo. E não mantivemos só um gabinete, fizemos também um apartamento para a vítima, para ela não ter de sair de Torre de Moncorvo para Bragança, ou para outro lado qualquer. É único, mas provavelmente só vai ser inaugurado em janeiro, apesar de estar refletido neste Orçamento, só aparecerá nos estudos, seja de que Fundação for, em 2019. -----

Estacionamento público, Decreto-lei n.º 107/2018, de 29 de novembro: regulação e fiscalização de estacionamento nas vias e espaços públicos, instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais. Ou seja, até agora, como sabem, as Polícias Municipais não eram abertas a todos os Municípios, tinham que ter determinadas características e determinado número de pessoas. Agora, como os Srs. Agentes da autoridade devem ter mais tempo para fazer outras coisas, não podem andar a fiscalizar o trânsito, nem podem fazer processos contraordenacionais. Quem é que o vai fazer? As Câmaras, com os meios que as Câmaras têm. Montante que vai ser transferido, zero. -----

Modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, Decreto-lei n.º 98/2018, de 27 de novembro: autorização de exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogos. Isto antigamente era o Governo Civil que fazia; agora tem de ser um licenciamento próprio, a Câmara Municipal ??? a verdade é esta, ou então passamos a ter mais pessoas aqui a fiscalizar. -----

E depois, temos uma série deles, por exemplo, intermunicipais. Já vos falei da proteção civil, mas na justiça, hoje a CLAS faz algo que é extremamente importante no acompanhamento social, e portanto, isso nós já fazemos, mas com outras estruturas, designadamente o Ministério Público e as autoridades policiais. O que é que passa para a Câmara? Reinserção social de jovens e adultos. E a Segurança Social e a reinserção ficam a fazer o quê? Prevenção e combate da violência contra mulheres e violência doméstica. Nós já estamos a antecipar-nos ao Estado. Rede dos Julgados de Paz. Então, mas quem é que vai depois colocar lá um Juiz de Paz? É num concurso interno da Câmara? É num concurso por mobilidade? É a abertura de um concurso? Apoio às vítimas dos crimes. Tudo isto passa para as Câmaras, sendo certo que no apoio às vítimas dos crimes, é uma competência direta – vejam bem ao que isto chegou – dos órgãos municipais e as entidades intermunicipais. Dos órgãos – estou mesmo a ver, eu, os Srs. Vereadores e os Srs. Deputados aqui a analisarmos, numa sessão pública, o apoio às vítimas de crimes graves. Não sei como é que vamos fazer. -- E depois, outras competências, temos esta que é gerir projetos financiados com fundos europeus e gerir programas de captação de investimento, que hoje, e muito bem, cada uma das entidades públicas e privadas recorre, se não tiver meios, a empresas especializadas para isto. Então, o que é que temos? Temos: elaborar a estratégia global das respetivas sub-regiões – isto passa a ser pela CIM – aprovar os programas de ação – como se os programas de ação não fossem uma competência do Governo, quando negocia os quadros, quer nacionais, quer regionais, na União Europeia. Não é das CIM's. Definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento, dinamizar e promover o potencial económico, apresentar candidaturas, gerir e implementar projetos financiados com fundos europeus. Agora, digam-me – eu vou falar-vos da CIMDouro, que é a que conheço melhor, tem pouco mais de uma dezena

de funcionários, e como é que vai fazer isto com dezanove Municípios. Vamos criar mais uma classe aqui no meio, entre o Poder Central e os Municípios? Não consigo perceber. -----

Portanto, eu queria fazer este alerta, vou pedir ao Sr. Presidente da Assembleia para a Assembleia de fevereiro, mal saiam todos, ser antecipada para finais de janeiro para nos pronunciarmos sobre isso, sendo certo que eu, nestas circunstâncias, não aprovo, e irei propor junto da Câmara que não seja admitida a transferência de competências. -----

Dizer-vos também, quanto à informação escrita, destacar o início do projeto de combate ao insucesso escolar; a transladação para o Cemitério de Torre de Moncorvo do benemérito Francisco António Meireles; a abertura oficial do ano letivo do curso técnico superior profissional de viticultura e enologia; a promoção dos vinhos do concelho no Encontro de Vinhos e Sabores em Lisboa; encontra-se em curso já a segunda fase do projeto de requalificação das infraestruturas de saneamento e águas residuais na Adeganha, Lousa, Cabeça Boa, Cabeça de Mouro e Cabanas de Baixo, alguns ainda não com o início dos trabalhos, mas já com a adjudicação das obras; a adesão do Município de Torre de Moncorvo ao programa ABEM, que é a Rede Solidária do Medicamento – quero dizer-vos aqui que todos os que tenham como rendimento metade do IAS, a Câmara comparticipa, paga na totalidade a compra dos medicamentos, ou seja, as pessoas com menos rendimentos deixam de pagar. Esta também é uma boa medida para a assistência social. -----

Temos também a comemoração dos cento e cinquenta anos do nascimento do Abade Tavares. Em colaboração com a Junta de Freguesia, também um programa inovador, que é o “Moncorvo – 365 dias a ajudar”, que está na forma de implementação de ir ter com os restaurantes, de ir ter com os agricultores, e tudo o que for excedentes, consegue-se fazer chegar a pessoas mais necessitadas. Deu-se início também ao ajardinamento do talude do estacionamento da Quinta da Judite; deu-se início à construção do parque inclusivo no Olival das Bolas, que foi uma proposta vencedora do Orçamento Participativo – portanto, também há participação dos cidadãos aqui. Retomou-se a obra do Castelo, que esteve suspensa para readaptação do projeto às novas estruturas descobertas, como já viram. Está a decorrer na Praça Francisco Meireles o Espaço Criança e o Mercado de Natal. Está-se a proceder, como vos disse, à reabilitação e requalificação dos ecossistemas ribeirinhos, nomeadamente nos terrenos situados junto a ribeiras afetadas nos incêndios de 2017. Deu-se início à implementação do projeto do memorial aos combatentes da Grande Guerra. Está a executar-se um muro de suporte na Estrada Municipal n.º 622, e decorrem as obras de drenagem de águas pluviais, com a construção de novos aquedutos, no Bairro do Santo Cristo, Bairro da Estação, Bairro das Ferrominas e na Serra do Reboredo. Estes, de todos eles, são aqueles que eu quero realçar. -----

Quero realçar também a situação financeira a 4 de dezembro de 2018, que como podem ver, é superior em cerca de oitocentos mil euros (800.000€) àquela que apresentei em setembro. É muito fácil de explicar, é pelas obras que estão a decorrer, mas também porque hoje é dia 10, e só recebemos o FEF no dia 15. Se esta reunião fosse a dia vinte e tal, como é normal, já não estaria aqui, tanto mais que o que utilizámos no empréstimo de curto prazo será liquidado, como tem que ser, a 31 de dezembro, como sabem, e está previsto também para o dia 20. Portanto, disto sairiam daqui quase um milhão de euros (1.000.000€), oitocentos mil euros (800.000€), que estão aqui ainda plasmados por a reunião ser na data de dia 10, e não posterior ao dia 15, que é quando estão previstos os pagamentos. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Está aberto, então, o período de inscrições relativamente ao primeiro ponto, Apreciação da atividade municipal. Está terminada a primeira ronda de inscrições. -----  
Sr. Deputado Francisco Braz, se faz favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Muito bom dia, Exmas. e Exmos. -----  
Destacar aqui ??? cada vez mais debilitada e com muitas dificuldades. ??? com extrema importância ??? uma das localidades visitadas ??? cada vez mais ???. Agradeço esse protocolo estabelecido, que quanto a mim ??? Torre de Moncorvo. -----  
Muito obrigado.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Voltando à questão da água, antigamente, penso que a análise à água era feita pelo Centro de Saúde. Não sei se hoje o procedimento é o mesmo, e se os resultados são publicados na internet. -----  
Relativamente ao que o Sr. Meneses disse no ponto anterior, não sei se posso responder, mas aconselhava o Sr. Meneses a ter mais recato, porque o Sr. Meneses está numa situação especial: é Presidente de Junta, mas tem outras funções na Câmara, exerce um cargo por nomeação política, remunerado. Eu penso que o Sr. Presidente Meneses devia ter mais recato quando faz intervenções, porque o Sr. Presidente dizer aqui que isto está tudo muito bom, e tal, é evidente que o Sr. Presidente de Junta tem que dizer isso. Eu até ia para uma situação extrema, e em vez de participar nas Assembleias Municipais ??? fiscalização da Câmara, o senhor não terá muita autoridade moral para fazer isso, delegava essa competência no secretário da Junta. Isso ficava-lhe muito bem, Sr. Presidente. -----

Relativamente à atividade do Município, numa das últimas Assembleias tivemos aqui a questão – e houve aqui um membro do público que veio cá intervir precisamente sobre a questão das grandes superfícies comerciais. Esse é um assunto que, de facto, toda a gente passa por ele como gato sobre brasas. Já não falo nos mandatos anteriores em que o PS era poder, mas essa foi uma questão que nunca veio à Assembleia Municipal, é uma questão melindrosa, e o Sr. Presidente da Câmara, penso que está também numa situação complicada. Não sei qual é a posição, mas se nós falarmos com as pessoas, em linha geral – por exemplo, às vezes vou a Foz Coa e vejo lá pessoas de Moncorvo, e às vezes comenta-se, e falamos, e dizemos, e o comentário que eu ouço às pessoas é: “É uma pena nós termos de nos deslocar de Moncorvo a Foz Coa para fazer compras nesta média superfície” – que não será uma grande superfície, será uma média superfície. E sei que não é só Foz Coa, é Mirandela, são aqui as zonas onde existem essas superfícies. Eu acho que nós não queremos enfrentar determinadas situações que são, de facto, melindrosas, mas eu acho que esta era uma questão que devia ser discutida nos órgãos próprios, na Câmara e depois na Assembleia Municipal, porque nós aqui não dizemos, mas diz-se à boca fechada que o concelho está a ser prejudicado precisamente por isso, porque alguns até dizem assim: o prejuízo para o comércio tradicional já foi feito. Aquilo que os pequenos comerciantes e o comércio tradicional haviam de sofrer já sofreram com a instalação daquelas superfícies que, não sendo grandes, têm já alguma dimensão. Ora, eu não tenho nenhuma posição definida sobre o assunto, o Sr. Presidente terá mais informação do que nós, se quisesse introduzir o tema nesta ou numa próxima Assembleia, penso que esta era uma questão que poderia mexer com alguma coisa, porque eu, quando falo com as pessoas, todas ficam um pouco retraídas em trazer o assunto à colação, mas eu acho que este é um assunto que tem que ser discutido. Eu penso que se nós formos analisar aquilo que aconteceu em Foz Coa, aquilo que aconteceu em Vila Flor, nos outros Municípios, não foi a desgraça que muitos apregoam. Eu acho que esta era uma questão em que o Sr. Presidente devia promover o debate. Já houve aqui uma intervenção de um elemento do público, muito exaltado, praticamente com ameaças à Câmara, com ameaças ao Sr. Presidente da Câmara, que não sei se ficou intimidado, se não, não sei qual é a sua posição. Gostava de o ouvir sobre isso. ----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminou, Sr. Deputado? Obrigado. Passamos ao Sr. Deputado António Martins. -----

-----**O Deputado António Martins:** Eu queria trazer aqui à Assembleia um assunto que já foi mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara na sua comunicação escrita e tem a ver com a homenagem ao Abade Tavares e levada a cabo pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia de Carviçais e da Lousa. Congratulo-me com a iniciativa e presto o reconhecimento

devido à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente pela homenagem que foi feita. Quero dizer que, na minha apreciação, na Lousa correu muito bem, houve uma adesão muito grande dos familiares do Abade Tavares, de maneira que foi uma atividade muito bem recebida, quer pelos populares, quer pelos familiares. Estive também em Moncorvo, e também notei muita adesão a esta homenagem. Deixo aqui também o meu agradecimento pela apresentação que foi feita em Moncorvo pelo Diretor do Museu do Ferro. -----

Portanto, resumindo, agradeço a colaboração da Junta de Carviçais e da Câmara Municipal pela homenagem que foi feita ao Abade Tavares, ilustre Lousense e Moncorvense. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Vereação, Mesa, deputados, membros do público. -----

Da atividade municipal destacamos: a promoção dos vinhos do Concelho de Moncorvo no encontro “Vinhos e Sabores” em novembro no Centro de Congressos de Lisboa; a requalificação das águas residuais e o encaminhamento das águas pluviais na Serra do Reboredo e obras de drenagem com a construção de novos aquedutos; início da construção do parque inclusivo do Olival das Bolas. A situação financeira do Município mantém-se estável relativamente ao dia 24 de setembro de 2018. Destacamos a posição do Município no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2017, em que relativamente aos resultados operacionais, estamos em décimo quarto lugar entre os trezentos e sessenta e oito Municípios. Temos também um menor peso dos pagamentos com despesa com pessoal nas despesas totais situando-nos no oitavo lugar e um maior volume de amortizações de empréstimos estamos no décimo sétimo lugar. -----

Relativamente aos vários Decretos Lei que preveem as transferências de competências para as Câmaras Municipais, o Grupo Parlamentar do PSD recusa liminarmente estas transferências sem ter o pacote completo. Queremo-nos pronunciar, por todas as transferências em conjunto e pelas contrapartidas para aceitar ou não uma a uma, dia sim dia não, com prazos curtos de aceitação após a sua publicação. Não se entende a transferência de competências para os municípios, porque se o Governo não tem competência para gerir, como terão os Órgãos Municipais capacidade para resolver problemas como o de Borba com a reparação de estradas, bem como a falta de auxiliares e administrativos nas Escolas e Centros de Saúde sem verbas para o mesmo. -----

Gostaríamos era que o Governo desse seguimento à estratégia Douro 2030 da Comunidade Intermunicipal do Douro lhe apresentou, como a requalificação da linha do Douro até Barca

Dalva, o Douro Inland Waterway 2020 e a conclusão do IP2 Junqueira/Pocinho. Isso sim ajudaria a desencravar esta região. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos. -----

Sobre a comemoração dos cento e cinquenta anos do nascimento do Abade Tavares, eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara sobre o seu espólio, pois gostava de saber se Moncorvo tem condições para assumir a guarda e preservação do mesmo. Gostava de lembrar que a cultura, e em particular a arqueologia, é potenciador para o desenvolvimento turístico, preservamos e protegemos o património cultural desta região é caminho para o desenvolvimento económico. -----

Já agora, sobre o estacionamento junto à Quinta da Judite ... é uma questão muito simples, houve algum achado arqueológico que tenha uma importância considerável. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, quer responder? -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Agradecer as palavras de apoio, obviamente. E eu não falei da parte do protocolo que a Câmara e as Juntas de Freguesia fizeram com a Santa Casa da Misericórdia para a Unidade Móvel de Saúde porque ela é visível, e o trabalho tem sido admirável. Aliás, na última reunião, o Sr. Deputado João Pavão perguntou-me como é que tinha sido a estruturação da UMS, e um dos casos que melhor trabalha e que faz a interpretação do serviço de saúde é a Unidade Móvel de Saúde de Torre de Moncorvo. -----

Quanto à água, são feitas análises pela autoridade sanitária. Não temos os prazos em que as fazem, porque tem que ser sempre de surpresa, eles fazem sem avisar. Quanto à alta, é feita pela Resíduos do Norte, e todas elas são feitas quinzenalmente pela Câmara Municipal, no Laboratório Regional de Trás-os-Montes, e depois de vir à Câmara Municipal, são colocadas no site da Câmara Municipal para todo o público ver. -----

Sr. Deputado, eu penso que da última vez tinha ficado bem expressa a minha opinião sobre as pequenas, grandes e médias superfícies. Aliás, se há uma coisa que eu não me escondo é nem atrás de computadores, nem atrás do que quer que seja; agora, não gosto, como acho que nenhum dos Srs. Deputados gosta, de ser insultado. E portanto, o que eu disse na altura, e volto a dizer agora, é que, para mim, qualquer investimento que seja feito em Torre de Moncorvo é bem-vindo – foi isso que eu disse na Assembleia Municipal de então. E portanto, ??? mas quando abriram três pequenas ou médias superfícies, alguém se importou, das

pequenas lojas que aqui estão à volta da praça? Elas sobreviveram, algumas outras fecharam. Para mim, custa-me mais – como o Sr. Deputado diz, e não é o primeiro que me vem dizer isto – chegar a Mirandela e chegar a Foz Coa e ter pessoas de Moncorvo lá, porque hoje em dia o comércio é completamente diferente: um produto que é comprado para o dia a dia, continuamos a vir aqui a Moncorvo, mas aquele que é feito para o mês, vai-se a Mirandela, vai-se a Foz Coa, e até se vai ao Porto. Aproveita-se, faz-se umas compras e veem-se uns shoppings. Portanto, a minha ideia sobre este assunto é que se alguém puder investir em Torre de Moncorvo, o investimento será muito bem-vindo, seja pequenas superfícies, médias superfícies, grandes superfícies, lojas do que quer que seja, desde que seja para investir, criar riqueza em Torre de Moncorvo e criar emprego, a Câmara está de portas abertas para receber. O que foi aqui dito é que o Presidente da Câmara andava a convidar; o Presidente da Câmara não anda a convidar, o Presidente da Câmara tem é que dar condições para quem quiser investir no seu território. -----

E por falar em investir, os arautos da desgraça deviam também ver – e até vos digo quando é que é, 5 de novembro de 2018, na Voz de Trás-os-Montes, sobre o número de empresas e o local em que estão situadas as quinhentas maiores empresas. É bom vermos que temos empresas nas maiores cem, e que estamos muito bem representados em número de empresas nas maiores quinhentas, de Trás-os-Montes e Alto Douro. 5 de novembro, Voz de Trás-os-Montes, e não foi a Câmara que encomendou. Vão ver, para não ser só desgraças, e louvem também aquilo que é nosso, que é a nossa terra, e são os nossos empresários. Mas, a Câmara não pode fazer tudo, os privados também têm que fazer. -----

Quanto ao Sr. Deputado Luís João, não foi encontrado nada, e aliás, como sempre, está aqui um arqueólogo, mas pode ser qualquer um, não vejo aqui quem tenha obras, mas mesmo obras particulares, a Câmara tem custeado sempre um arqueólogo para estar presente sempre que haja escavações nos chamados projetos de trabalhos arqueológicos, que têm que ser acompanhados, e a Câmara, a expensas próprias, mesmo nas casas dos particulares, paga esses projetos – na sede do concelho, obviamente. -----

O espólio está a ser todo inventariado. Se não houver qualquer tipo de problemas, irei eu e a Sra. Chefe de Divisão, depois do natal, de 25 a 28 (salvo erro), para trazermos o espólio que vai ser exposto, obviamente, no Museu do Ferro, onde o PARM – Projeto Arqueológico da Região de Moncorvo exerce a sua atividade. Acho que não havia necessidade de encontrarmos outro sítio quando temos ali um espaço próprio, e que tem todo o cabimento – aliás, quem esteve na apresentação feita pelo Sr. Diretor do PARM viu o trabalho que foi desenvolvido pelo Abade Tavares, viu através do GAFT as divergências que ele tinha com o Abade Baçal, e viu também o que ainda foi possível preservar dada a ação do Projeto

Arqueológico da Região de Moncorvo. Portanto, será aí que será colocado e está todo inventariado. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos dar início ao segundo período de intervenções. Há pouco, o Sr. Deputado quis inscrever-se, mas já tinha passado o período de inscrições. Se o quiser fazer agora, Sr. Deputado Vítor Vieira. Não sei se alguém mais pretende inscrever-se neste segundo período, penso que não. Então, estão encerradas as inscrições para o segundo período de intervenções sobre este ponto. -----

Sr. Deputado Vítor Vieira, faça favor. -----

-----**O Deputado Vítor Vieira:** Relativamente às atividades municipais, só gostaria de parabenizar a organização ???, nomeadamente também com o apoio da Câmara Municipal, foi realizado no dia 20 de outubro na Igreja Matriz de Moncorvo, com participação da Escola Municipal Sabor Artes e da Banda Filarmónica do Felgar. -----

Aproveito desde já para convidar todos os presentes para um concerto, no dia 22 de dezembro, da Banda Filarmónica do Felgar, na sede da mesma, e no dia 23, para estarem presentes na 2.ª Gala da Banda Filarmónica do Felgar, com a participação também da Escolar Sabor Artes ??? poderem constatar o que está a ser feito a nível cultural, e para poderem constatar também a simbiose que está a ser feita entre as associações existentes neste concelho. -----

Obrigado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município.** -----

---

---

**PONTO 2 — MEMORANDO DE ENTENDIMENTO - INVESTOR CONFIDENCE PROJECT EUROPE (ICP EUROPE).** -----

---

---

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Adriano Martins** (Coligação PSD/CDS). ----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Este memorando de entendimento é um projeto que, se virem, está plasmado no Orçamento. É intenção do Executivo que o ano de 2019 seja o ano em que todas as freguesias – todas as freguesias – tenham, em termos de luz, através de lâmpadas LED. É um projeto que estamos a fazer, é um projeto que está praticamente terminado em termos de caderno de encargos, estudos, e já que se fala tanto de transparência, o que se pede aqui é que seja feito este entendimento com uma agência, que é certificada pela União Europeia, para que possa ser ela a acompanhar e a certificar as obras. Ou seja, após o projeto que está em concurso, e depois de ser adjudicado, a parte toda complementar, em que se seguem as regras obrigatórias da União Europeia, será através deste memorando de entendimento. Eu penso que desta forma conseguiremos ter capacidade e pessoas creditadas. E isto é também um programa, que é a própria União Europeia que está por trás deste programa. Custos para o Município, zero; não há qualquer tipo de custo para esta certificação, porque vem de acordo com os entendimentos da União Europeia. O nosso custo é só, obviamente, o que for o das luminárias e de todo o trabalho físico. A creditação é feita através deste memorando de entendimento, com empresas certificadas pela União Europeia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Adriano Martins faça favor. -----

-----**O Deputado Adriano Martins:** Sr. Presidente, eu só queria colocar aqui uma questão: é que desde aproximadamente junho, julho, tem havido alguma dificuldade, ou muita dificuldade, na manutenção das lâmpadas por parte da EDP. A minha questão é a seguinte: será que essa dificuldade tem a ver já com este projeto? -----  
É só. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, Sr. Presidente da Junta, aqui a questão é: estamos a falar de lâmpadas LED ou de sódio? De sódio? Pronto. As de sódio estão já num processo – algumas – de serem substituídas, em alguns casos já está – Cabeça Boa, penso que já estará, Castedo ainda não está na totalidade, na Açoreira já estão duas ou três. Ou seja, as de sódio que já não estiverem a funcionar são substituídas já por LED, que é diferente deste concurso. Este é um concurso em que se promove a eficiência energética, ou seja, esperamos ter uma economia em escala para o concelho de cerca de trinta por cento (30%). Isso é diferente. Agora, o que estamos a fazer é: em cada lâmpada de sódio, substituir por uma LED; já não se põe de sódio. -----

O problema com a dificuldade com a EDP, não é só isso, são várias: é o pagamento que é feito, e passados seis meses, os Presidentes de Junta vêm aqui dizer que não está, e nós já

fizemos os pagamentos antecipados, porque continuam a ser pagamentos antecipados, não temos prestador de serviço no concelho, direto com a EDP, porque quem ganhou a adjudicação da EDP não é daqui, como vocês sabem, e portanto, é muito mais complicado, antes de falarmos com alguém aqui do concelho, conseguirmos. Nós agora vamos ter um canal aberto com a EDP, os nossos técnicos já tiveram formação, e curiosamente a formação foi dada em Torre de Moncorvo aos técnicos de Mogadouro, de Carrazeda e de Alfândega, de Freixo de Espada à Cinta também foi dado aqui em Torre de Moncorvo, para termos um canal de acesso direto à EDP. Eu espero que corra bem. Agora, eu vou inteirar-me dessa situação, se é para mudança já para os LED, se é algum problema com o adjudicatário da parte da EDP.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, passar à votação deste memorando. Está ausente o Sr. António Júlio Andrade. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 26 votos a favor **aprovar o “Memorando de entendimento - Investor Confidence Project Europe (ICP EUROPE)”**. -----

-----*O Deputado António Júlio Andrade estava ausente da reunião na votação deste assunto. -*

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

### **PONTO 3 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.** -----

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. -----

O que trazemos aqui são cinco projetos – e poderão haver mais, mas provavelmente já não serão iniciados este ano, com encargos também para o próximo ano – conforme vêm sendo aprovados, e que estão na entidade de gestão, conforme vão sendo aprovados, nós lançamos o procedimento. Obviamente que é impossível fazer-se todos num ano, e tem que se repartir a despesa para o ano de 2018, e depois para o ano subsequente, 2019. Por isso, as que estão aqui aprovadas são as que vieram agora aprovadas pela entidade de gestão, e que a Assembleia Municipal já tinha aprovado quando foi submetida a candidatura, no mandato passado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----  
Então, vamos abrir o período de discussão. Quem pretende pronunciar-se sobre o terceiro ponto, repartição de encargos? Não há inscrições. Passaremos, então, à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou **por maioria**, com 26 votos a favor e 1 abstenção (*do deputado José Manuel Rodrigues Aires*) **autorizar a “Repartição de Encargos do Ano de 2018/2019 e assunção dos encargos que dão lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico constantes da referida relação”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----  
-----

---

---

**PONTO 4 — DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO 2019 - ORÇAMENTO DA RECEITA, ORÇAMENTO DA DESPESA, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E MAPA DE PESSOAL.**

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho** (PS), **Fausto Tiago** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **João Pavão** (PS) e **Luís Esteves** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Este é o documento que nos irá reger para o ano de 2019, com os documentos previsionais para o ano de 2019 – Orçamento da Receita e da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal. -----

Dar-vos duas ou três notas, sendo que este documento, como podem entender, é tão técnico que é feito pelos técnicos da autarquia, e portanto, quero dizer-vos que o que tem de bom e de melhorias em relação aos anteriores documentos, e se repararem, houve um corte significativo com a forma de fazer estes documentos, penso que este estará mais elucidativo para todos, mais simples e mais compartimentado. E eu estava a dizer que esses votos de louvor serão feitos para os funcionários da autarquia, porque, efetivamente, são eles que o elaboram. -----

Dizer-vos só que, obviamente, há aqui opções políticas, mas também há diferenças. Lembremo-me que no ano passado o Sr. António Júlio, e bem, me disse que o Orçamento não devia conter aquelas afirmações que estavam, políticas, e eu disse que aquilo não era dentro do Orçamento, era na minha mensagem, e que acredito que fosse muito longa e que estivesse muito vincada em termos ideológicos. Portanto, até aí mudámos e fizemos, não na assinatura da proposta que vos é apresentada, mas numa mensagem mais simples do Presidente da Câmara. -----

Este Orçamento, eu já o apelidei de um Orçamento minimalista, e eu recordo-me que alguns poderiam dizer assim: “O Presidente da Câmara diz que é minimalista, não vai haver investimento?” Vai, vai haver investimento, provavelmente vai ser o Orçamento com maior investimento. Eu digo “minimalista” porque foi dividido em duas situações. A primeira, o investimento público já contratualizado. E o investimento público contratualizado, obviamente que eu tinha que fazer refletir os oito milhões de euros (8.000.000€) que estão patentes no que já contratualizámos com as entidades de gestão. -----

Mas, dizer-vos também, sob pena que algumas mentiras tantas vezes ditas se tornem verdade, que eu teria que vos dizer alguma coisa. Quando aqui chegámos, em 2013, havia nove ou dez pessoas que já trabalhavam nesta Câmara, algumas há mais de nove anos; não precisámos que houvesse uma Lei extraordinária para nós as integrarmos, porque era a ação mais justa que poderíamos ter, eram pessoas que estavam aqui com prestações de serviço, saíam de uma função e iam para outra quando chegavam aos três anos – ou seja, não precisámos disso. Recordar-vos também que quando houve o plano para a integração dos precários, não foi o Governo propriamente dito que decidiu que era; foram as balanças do Governo, nomeadamente o Bloco de Esquerda que obrigou. Portanto, não é verdade que foi este Governo. -----

Mas, a maior mentira que é dita aqui, e esta, ou é sofisma, ou por desconhecimento, é quando se diz que a Escola Secundária Dr. Ramiro Salgado é do Governo Socialista. Meus amigos, eu quero lá saber se é do Governo Socialista, se é do Governo do PSD, ou de qualquer um; eu

quero é que venha o dinheiro para Torre de Moncorvo. Mas, bastava fazer as contas, é que é de maio de 2014 a aprovação da escola; maio de 2014. Eu depois dou documentos, se quiserem. E se quiserem saber outra coisa, eram cinco na Comunidade Intermunicipal, cinco da DGEstE que estavam já previstas, e passaram a ser três da DGEstE e três do Ministério da Educação. Se fizerem as contas, vão dizer: "Como é que ele vai apresentar um Orçamento se está a dizer que eram cinco e agora contam seis?" Três de um lado, três do outro, são seis. Pois é, é que Moncorvo foi lá metido pelo Ministério da Educação, pelo então Ministro. Os dois milhões e meio (2.500.000€) que vieram, em maio de 2014, deveram-se ao Ministério da Educação de então. É bom que isto fique, porque o que fica muitas vezes são as atas, e esquecem-se os documentos. Eu não quis contrariar ninguém, mas senti-me no dever, perante os Srs. Deputados, de repor esta verdade. Agora, se me disserem: "É importante que seja o Ministro A ou o Ministro B", não quero saber; "é importante que seja o Governo A ou B", não quero saber. Desde que venha para Moncorvo, eu já aqui disse que o meu compromisso é com os Moncorvenses. E portanto, seja aquele que for, lutarei para que venha para Torre de Moncorvo. -----

Portanto, é nesse aspeto que vos digo que é minimalista: é a acomodação das despesas inerentes ao funcionamento do Município em si, é a acomodação destes oito milhões (8.000.000€) contratados, sendo que o grosso é a escola, com dois milhões e meio (2.500.000€), e depois são todas as ações municipais que têm que estar de alguma forma aqui também plasmadas, nomeadamente uma coisa que eu faço, e que espero que tenha execução – se não for a cem (100%), o máximo possível – que é com as Juntas de Freguesia. E essas, obviamente, as que não puderem ser candidatadas em parceria, terão de ser assumidas pelo Município e pagas. Não vale a pena fazer só algumas coisas que são compromissos, e que depois não são pagos, como por exemplo, dou-vos já um exemplo para não terem dúvidas aí, por que é que aumentam as prestações de serviços. Por uma razão simples: primeiro, porque há mais projetos, há necessidade de procedimentos para empresas especializadas, e há aquilo que vem – eu não queria voltar ao passado, mas é obrigatório – alguns compromissos que assumimos e que ainda estão por pagar, nomeadamente em termos de prestação de serviços e de trabalhos especializados, alguns em termos de advogados, com processos que por se iniciarem em 2003, 2004, quando têm o seu término, seja no mandato que for, as pessoas têm que pagar, obviamente. Só esses, que teve a ver também com o célebre episódio de muitas Câmaras que se juntaram e conseguiram, efetivamente, trazer para cá esse serviço, que houve necessidade de fazer um procedimento a um gabinete jurídico para acomodar isso, mais o da escola, só esses, por exemplo, posso-vos dizer que foram cento e cinquenta mil euros (150.000€). Daí a necessidade de, quando assim é, haver este reforço. -----

Portanto, esta é a parte que eu vos queria dizer em termos políticos. Aproveitar para dizer que

o PROVERE Douro, depois de dois meses à espera da assinatura do Sr. Secretário de Estado, e depois de uma visita do Sr. Presidente da Câmara de Sabrosa, e Vice-Presidente da CIM, o Sr. Secretário de Estado decidiu assinar um documento que era exatamente igual ao que já tinha estado na secretária, mas este demorou dois meses. E portanto, está publicado, está também a funcionar, e não se esqueçam de uma coisa, e especialmente para quem está nestes meios de candidaturas em Portugal: o PROVERE são nove milhões e quatrocentos mil euros (9.400.000€); alguma desta verba está cativada, nomeadamente para Torre de Moncorvo, grosso modo anda nos trezentos e poucos mil euros, sendo que desses nove milhões e quatrocentos mil (9.400.000€), dois milhões (2.000.000€) são para projetos transversais – sinalética e promoção do Douro, para uma autarquia não meter uma placa de uma forma, e outra de outra. Ou seja, entra-se no Douro e sai-se ????. Isso são dois milhões (2.000.000€). Nesses dois milhões (2.000.000€), os oitenta e cinco por cento (85%) que são do PROVERE – ou seja, são da CIM – têm quinze por cento (15%) que é a contrapartida nacional, que é alavancada pelo Turismo de Portugal, e não pelas Câmaras. E depois, todo o outro tem que ser alavancado por privados. Daí ter decorrido uma fase em que os privados, junto das ALV's, deveriam estar e mencionar os seus projetos, porque isto tem que ser alavancado no mínimo neste montante por duas vezes. Portanto, eu apelava a todos, àqueles que sabem de empresas que entraram nisto, também que estejam atentos agora a esta situação. As ALV's vão trabalhar isto, obviamente, vão ser abertas agora uma série de possibilidades de investimento, e portanto, é também urgente que os privados agora atuem, porque o que foi feito em termos de PROVERE Douro foi muito complicado, como vocês sabem. -----

O Sr. Primeiro Ministro veio falar sobre a reprogramação dos fundos comunitários, e eu vou dar-vos o exemplo do que foi assinado por todas as comunidades intermunicipais, está aqui na rubrica e na proposta que foi feita à Comissão Europeia. Nos instrumentos financeiros, quinhentos e trinta milhões de euros (530.000.000€), que seriam repartidos desta forma: sistemas de incentivos, cento e quarenta milhões (140.000.000€); áreas de acolhimento empresarial, que nos interessa para o nosso território porque a ser como está a ser entendido hoje, o último quilómetro só para zonas industriais que já estejam prontas e com acesso direto a estradas nacionais e vias rápidas, obviamente, só essas é que têm essa possibilidade, mais noventa milhões de euros (90.000.000€). Nas ações coletivas, mais vinte e cinco milhões (25.000.000€); no PROVERE – este PROVERE – mais vinte e cinco milhões (25.000.000€); na promoção da energia sustentável, mais cinco milhões de euros (5.000.000€); no PARU – e aqui é importante que todas estas obras que votámos antes são PARU – propusemos oitenta e cinco milhões de euros (85.000.000€). E por quê? Por uma razão tão simples quanto esta: no PARU propusemos um reforço suplementar de dez (10.000.000€) a quinze milhões de euros (15.000.000€) para os centros urbanos estruturantes. Quais são os centros urbanos

estruturantes – e é bom que também se diga isto – da Comunidade Intermunicipal do Douro? Os centros estruturantes são Peso da Régua, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Coa. São estes que são reconhecidos como estruturantes. Ou seja, não estamos assim tão mal, quando é a própria Comunidade Intermunicipal e a Comunidade Europeia que nos atribui este título. Qual é o problema aqui? É que nós propusemos oitenta e cinco milhões (85.000.000€), mas para dez (10.000.000€) a quinze milhões (15.000.000€) irem beber onde? Aos PEDU's. E para terem só esta ideia, nem vou falar de Vila Real, nem vou falar de Lamego, obviamente. O que é que eu vou falar? Vou falar de situações aqui em concreto. Por exemplo, Macedo de Cavaleiros, dezasseis milhões de euros (16.000.000€) porque foi metido aqui nos PEDU's. Torre de Moncorvo também devia estar no PEDU. Onde é que foi metido? No PARU. Portanto, Moncorvo recebe um milhão e duzentos mil (1.200.000€), Macedo, dezasseis milhões (16.000.000€). A necessidade é de corrigir este erro. Só que o Governo Português, em vez de implementar o que nós pedíamos, a situação de correção através dos PEDU's – recordam-se daqueles seis milhões de euros (6.000.000€) para a Área Metropolitana do Porto, que apareceram do nada para alguns centros, que eram chamados os centros urbanos estruturantes – em vez de colocarem aí, onde é que foram buscar? Ao PARU. Então, se com aquele que tínhamos já só recebem um milhão (1.000.000€), para colocarem em três Municípios mais quinze milhões (15.000.000€), temos que tirar, no fundo, cinco milhões (5.000.000€) aqui. E o que é que nós entendemos? Que deveria ser aos PEDU's, que iríamos buscar o dinheiro aos PEDU's. Pronto, não foi assim entendido. -----

Nos serviços coletivos territoriais de proximidade e equipamentos especiais, educação, saúde, património cultural, natural, ??? são os contratualizados, seriam cento e sessenta milhões (160.000.000€) de FEDER. Depois, o PEDU, mais acelerador, são quarenta e cinco milhões (45.000.000€) do FEDER. E agora, temos isto, que vocês devem ter visto nas últimas notícias, que apareceu, as associações que estão sem possibilidade de fazer o que quer que seja porque não lhe é transferido o apoio que deveria vir do IEFP. Não sei se viram isto esta semana, mas é a nível nacional, estamos a falar a nível nacional. E por quê? Porque no SI2E, a entidade que está a gerir são os IEFP's. Então, o que é que se propôs? Trinta milhões (30.000.000€), mas o que é certo é que vão ter ????. E depois, na Operação 11, que é a capacitação institucional, que é do Fundo Social Europeu também, cerca de quinze milhões de euros (15.000.000€). -----

Ou seja, com a reprogramação dos fundos comunitários, o que nós hoje estamos aqui a votar pode sofrer alterações, como é óbvio. Por isso, eu dizer que é minimalista, sendo certo, e para quem está mais dentro disto, como é, por exemplo, o caso do Sr. Deputado João Pavão, que até nos pode elucidar sobre isso, o problema é que vamos entrar nos dois anos piores, porque vai haver necessidade de execução, e para o país não perder verbas, vai haver necessidade

de execução e necessidade de apresentar programas. Portanto, é por isso que eu vos digo: neste momento, o que temos aqui são despesas de funcionamento, projetos municipais, projetos financiados e projetos com as Juntas de Freguesia. -----

Entretanto, para estarmos de acordo com aquilo que temos falado sobre a transparência, se repararem na pág. 40, nós colocámos lá um articulado que se chama "Normas de execução orçamental para 2019". Para além daquelas que são propostas de forma legislativa, nós fizemos também aqui um articulado onde nos obrigamos a cumprir as normas de execução orçamental. A partir daí torna-se muito mais fácil também para os Srs. Deputados fazerem o controlo efetivo que se quer. Começa na pág. 40 (não tem nada escrito) até à pág. 48. Portanto, a partir daí está o montante que o Executivo pode propor à Assembleia Municipal para contrair um empréstimo a curto prazo, que são quinhentos mil euros (500.000€), estão nomeadamente as competências que são delegadas no Presidente da Câmara e as que podem vir como autorização genérica à Assembleia Municipal, está tudo aqui plasmado em oito páginas. Eu penso que este trabalho, mais uma vez, Srs. Funcionários, é um trabalho meritório, é uma norma de controlo interno para simplificar, como disse, visto que é muito complexo ver estas colunas todas. -----

Mas, também espero ouvir da vossa parte que este Orçamento foi entregue a tempo e horas, mais do que alguma vez foi. Tenho pena que, efetivamente, nem todos os Srs. Deputados tenham tido o privilégio de o receber antes de outras pessoas que não pertencem a este órgão. Mas, a vida é assim, e eu tenho a perfeita consciência de que entreguei ao Sr. Presidente da Assembleia e aos Srs. Deputados que compõem os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS; outros poderiam ter feito igual, mas se nem sempre a confiança de quem executa está em quem delibera, aí o problema já não é meu. Mas, tenho pena. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos, então, abrir as inscrições para este ponto. -----

Dizemos que, e como referia o Sr. Presidente da Câmara, como este é um documento bastante denso, também foi disponibilizado por nós, Assembleia, com maior antecedência. Pelos vistos, poderia ter sido ainda maior, mas isso é outra questão. Mas, de qualquer forma, pelo menos com cinco dias de antecedência, para poderem analisar o documento, a que se juntou depois o período do fim de semana. -----

Estão abertas as inscrições. Quem pretende inscrever-se sobre este ponto, Ponto n.º 4? Temos dois períodos de intervenção. Terminadas as inscrições neste ponto, dou a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Algumas das questões que vou levantar, provavelmente já o Sr. Presidente as respondeu, mas de qualquer modo vou novamente repeti-las, e se já foi respondido, peço desculpa. -----

Chamo a atenção aqui para uma questão, nas Grandes Opções do Plano, no Ponto 2.4.5, relativamente aos resíduos sólidos, a disponibilidade e eficácia dos serviços na recolha dos mesmos, eu já referi isto mais do que uma vez, o que acontece é que se continua a deparar com os contentores, principalmente do lixo seletivo, cheios. É uma situação desagradável porque, de facto, já chamei a atenção para isto, e oxalá os serviços progridam nesta eficácia desejada e que vem plasmada nas Grandes Opções do Plano. -----

Também é com satisfação que registamos as propostas de levantamento de algumas obras estruturantes que vão ser feitas aqui em Moncorvo, nomeadamente no levantamento tridimensional, estudo geométrico estrutural da Igreja Matriz, através de protocolo com a DRCN, os investimentos no Museu do Castelo, bem como a valorização do património judaico, o que, de facto, é consentâneo com a preocupação cultural do Executivo. Agrada-nos ainda a proposta de investimento no Mercado Municipal, na reconversão do largo inteiro, e já agora, se for possível, gostávamos de conhecer os projetos, se é que já existem, para estas áreas. -----

Constatámos, contudo, que ao consultar as despesas do Orçamento, não vemos plasmados estes investimentos. Poderá já eventualmente ter respondido na sua parte introdutória. E no caso de não ter respondido, em que rubricas é que se situam. -----

Contudo, e neste contexto, deparamo-nos com algumas despesas orçamentais previstas cujos valores nos parecem exagerados, e das quais gostaríamos de saber, de facto, a real necessidade e justeza, nomeadamente nas rubricas de horas extraordinárias, com um valor de quarenta e um mil e quatrocentos euros (41.400€); na limpeza e higiene, quatrocentos e oitenta e nove mil euros (489.000€) – aqui não sei se estão englobados os protocolos. E penso também que numa rubrica onde estão assinalados cento e seis mil e doze euros (106.012€), que são estudos e pareceres, penso que também já respondeu a esta questão, já não fará muito sentido. -----

Agora, preocupa-me é uma outra rubrica, cujo valor me parece bastante simbólico, que é na rubrica de Formação, com dois mil e cem euros (2.100€) – pelo menos foi aquilo que eu vi, posso estar também enganado – quando, hoje em dia, uma das coisas de que mais precisamos é, de facto, formação técnica e profissional. No fundo, a formação, que é aquilo que hoje se pretende que seja uma formação contínua, provavelmente custaria ao erário público várias dezenas de milhares de euros, e a Administração Local funcionaria com mais eficácia e melhoramento. -----

Eram só estas questões. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, eu, de facto, estou desiludido cada vez mais com o Sr. Presidente da Câmara, porque encara este estudo como uma brincadeira de uma empresa qualquer que fez, ou de uma fundação qualquer que fez. E esses seus sarcasmos, que a cada momento são lançados para o debate, ficam-lhe muito mal, Sr. Presidente. O Sr. Presidente deveria encarar isto como um estudo sério, que, de facto, o é, e que não precisa do seu aval para ser considerado assim, mas o senhor devia meter a mão na consciência e tentar melhorar a sua gestão, melhorar as questões da transparência, as questões da prevenção, porque, de facto, o Sr. Presidente está muito mal visto na fotografia. E esse seu sarcasmo a todo o momento não lhe fica bem, Sr. Presidente. Deve reconhecer que não está bem relativamente a estas questões. E não lhe fica mal assumir essas responsabilidades e tentar mudar. O Sr. Presidente acha-se o melhor, acha que está tudo bem, e então, a cada momento, lança essas picardias para o debate – desde que começou a falar ainda não fez outra coisa. -----  
Ora bem, relativamente, propriamente, ao Orçamento, eu penso que na questão da animação cultural e recreativa, a Câmara continua – e se calhar até faz bem – a investir na Feira Medieval, e faz dela a pedra de toque para praticamente movimentar a parte recreativa, a parte cultural, a parte de animação social. Eu penso que a Câmara deve pensar bem no assunto, porque, de facto, já no último ano – e eu estive a fazer mais ou menos um apanhado daquilo que eu achei que não estava a funcionar bem – começou-se logo por dizer que criou-se muita expectativa de que havia muita gente a vir, muitos comerciantes, muita gente, que já tinha recusado muitas pessoas. Eu lembro-me que no sábado, um dos dias fortes da feira, na parte que vai da Igreja até ao cinema, praticamente já não havia barraquinhas, e às dez horas da noite havia meia dúzia de pessoas, enquanto que no ano anterior havia, de facto, muita gente que fazia fila para ter acesso aos produtos que estavam lá a ser comercializados. -----  
Outra falha grave – e acho que isso vai ser uma questão fundamental na manutenção daqueles dois, três anos em que, de facto, houve muita animação, houve muita gente a afluir – é a questão dos comes e bebes, é a questão daquilo que as pessoas têm para oferecer. E aquilo que nós vimos no último ano foi muito pobrezinho, porque eu não vi – e isso não tem sustentabilidade; e aquilo não tem sustentabilidade por quê? Porque nós não vimos lá nenhum restaurante do concelho, nem da região, a fornecer produtos regionais, não vimos lá ninguém. Vimos o quê? Algumas associações que, com muito boa vontade, são capazes de no primeiro dia ter algum produto de qualidade, mas depois, ao fim de duas ou três horas, já não é nada. Isto pode parecer de somenos, mas não é de somenos, porque as pessoas vêm às nossas regiões em busca de quê? De coisas diferentes, daquilo que é genuíno. E nós vemos ali serem servidos alguns produtos que não tinham francamente qualidade absolutamente nenhuma. Eu lembro-me de uma pessoa ter comentado que a sopa da pedra que estava a ser servida era uma autêntica “lavaça”, aquilo não tem pés nem cabeça. Eu penso que nessa parte, a Câmara

aí tem que pensar muito bem como é que vai credenciar as pessoas para estarem lá presentes, porque esteve lá gente instalada, mas que não consegue fornecer durante os três dias uma qualidade minimamente aceitável, e isso é muito mau, e as pessoas que vêm num ano, não vêm provavelmente no ano seguinte, porque aquilo que as atrai é o que é diferente, é o que é genuíno na nossa região. E aí, eu penso que estar a apostar tudo na Feira Medieval é mau; devia apostar-se mais em outras atividades culturais, em outras manifestações que existem no concelho. Por exemplo, estou a lembrar-me que o S. Martinho em Maçores devia, de facto, ser muito acarinhado, devia haver ali da parte da Câmara, da parte da Junta, da parte de outras organizações, tentar projetar aquela manifestação a nível nacional, porque o que nós vemos é que, por exemplo, em Vinhais, a Festa da Cabra e do Canhoto, que é feita numa aldeola com dezasseis, vinte pessoas, atrai milhares de pessoas. Por quê? Porque é diferente, porque é único. Em Mirandela existe uma freguesia – não sei agora exatamente qual – que consegue projetar uma atividade que existe, que, de facto, nós ficamos de boca aberta, vêm pessoas do país. Ora, não acredito que a Feira Medieval, que é o que é, que é uma imitação daquilo que já existia em Trancoso, que já existia em Coimbra, que já existia em muitos outros sítios aqui perto, as pessoas que não são do concelho continuem a vir porque, de facto, não tem nada diferente, não oferece nada de diferente, oferece as mesmas coisas que oferecem as outras feiras medievais. Provavelmente, se calhar, este investimento grande que estamos a fazer na Feira Medieval – e não é só a nível financeiro, é a nível de recursos humanos, porque praticamente durante um mês, durante dois meses, a partir de janeiro, os funcionários da Câmara, toda a estrutura da Câmara trabalha para a Feira Medieval, não faz praticamente mais nada, e isso também tem que ser contabilizado – se parte desse investimento fosse canalizado, por exemplo, para as nossas feiras quinzenais – Sr. Deputado, tenha calma, nós estamos numa Assembleia Municipal em que os deputados devem intervir, porque há Municípios em que o Presidente da Assembleia Municipal pede aos Srs. Deputados para se inscreverem, porque não há participação, porque não há interesse, e eu posso citar-lhe alguns.-----

Agora, se o senhor quer uma Assembleia de monos que estão aqui para levantar o braço, muito bem, eu calo-me já. Agora, o que eu digo, a minha opinião é a minha opinião. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu peço mais uma vez que não entrem em diálogo. Ninguém é impedido de expor o seu ponto de vista, mas se entrarem em diálogo, cria-se aqui ruído desnecessário. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Eu por acaso lancei esse aparte porque li num jornal que isso aconteceu, Sr. Presidente, não sei se sabe, mas aconteceu, e foi bem perto aqui do nosso

concelho que isso aconteceu, em que o Presidente da Assembleia Municipal pedia: "Por favor, inscrevam-se, falem, critiquem, digam alguma coisa." Depois, outra coisa, que para as pessoas é o que é diferente, é o património cultural que, de facto, é único, temos muita coisa. Mas, parte do nosso património, que devia atrair muita gente, é o património natural, e o património natural foi destruído, a Serra do Reboredo foi destruída neste mandato, há bem pouco tempo. O PS esteve no poder durante vinte e oito anos, e conseguiu manter a Serra do Reboredo praticamente intacta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminou, Sr. Deputado? Então, passamos ao Sr. Deputado João Leonardo. Faça favor de intervir. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, muito bom dia a todos. -----  
Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, o Grupo Parlamentar do PSD irá apoiar o orçamento onde são mantidas as políticas de desenvolvimento sustentável e cumpridos os princípios de equilíbrio com a garantia de continuidade dos projetos em curso com o aproveitamento de projetos financiados pelo Portugal 2020; tais como o Museu do Castelo, o Centro Interpretativo Judaico/Marrano, a reparação e conservação do Mercado Municipal. Ainda, a promoção da Feira do Empreendedorismo, o Festival do Solstício, o Festival dos Vinhos Sabor Douro, a Festa da Boa Nova e claro a Feira Medieval e continuar e reforçar o apoio social. Para este Orçamento muito contribuiu o investimento de 8 milhões de euros em fase de candidaturas que queremos que continuem, bem como o prazo de pagamento a fornecedores, que atualmente é de vinte dias se mantenha e o bom desempenho, resultados operacionais relativamente a outros Municípios, transparentes. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias, pode usar da palavra. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Em primeiro lugar, gostava de agradecer à Mesa e aos serviços, por nos terem facultado a documentação para esta reunião com tempo, ainda por cima com documentação relativa ao Orçamento que em dois ou três dias não conseguíamos ler tudo. Foi a primeira vez que consegui ler toda esta documentação relativa ao orçamento. ---  
Gostava de salientar neste Orçamento o apoio para as indústrias e os investimentos em eficiência energética. Salientar também a parte da preservação do património e a regeneração urbana do PARU. -----

Gostava, se possível, de haver um compromisso da parte do Executivo para a rubrica 2.2.14,

M. A.  
Edut

estudos, pareceres, projetos e consultadoria, em afetar parte dessa verba de despesa para o estudo de identificação de áreas para regadio. Obrigado. -----

---O **Presidente de Mesa:** Muito obrigado pelas intervenções. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para responder às diversas questões. -----

---O **Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Eduardo, eu estou de acordo com aquilo que diz sobre os resíduos sólidos, só que nos contentores de lixo, principalmente ??? é responsabilidade da Resíduos do Nordeste. Eu posso dizer-lhe que eu sou a favor que revertesse, como estamos a fazer, para a Associação de Municípios, porque, efetivamente, estão a trabalhar mal, dão más desculpas, e até chegam ao cúmulo de pôr um carro à frente do contentor, para dizer que não puderam virar, numa rua que nem sequer pertence ao Concelho de Torre de Moncorvo. E isto foi levado à Assembleia Geral da Resíduos do Nordeste. É um mau trabalho que estão a prestar aos Municípios. Não acontece só connosco; por aquilo que eu sei, é um problema que temos que agarrar. -----

Quanto ao levantamento tridimensional, consta do Plano, e todos os outros estão no PPI. -----

Quanto ao restante, para estudos e pareceres ??? vinte e seis mil euros (26.000€), uma parte ??? tem a ver, exatamente, com o estudo da Igreja, a nossa contrapartida com a Direção Regional de Cultura do Norte. -----

Depois, as horas extraordinárias, foi o que foi contabilizado e pago à data em que se fez o Orçamento. Fez-se uma previsão, poderia ser este, ou não, mas é o que está pago em setembro, era o que estava pago. -----

Sobre a formação, também foi pago, porque o que é que temos feito? Temos feito sempre com as Associações de Municípios e com algumas entidades técnicas, para termos a formação gratuitamente. Por exemplo, esta que fizemos, de ver quais são as lâmpadas que estão fundidas, o controlo de telegestão, juntámos todos os Municípios da Associação de Municípios, e a EDP veio, e saiu de forma gratuita para os funcionários. Temos estado sempre a tentar fazer isso, seja com a Ordem dos TOC, sempre a ??? . Esta é que é paga, porque estamos a falar normalmente ??? de formação. Se formos ver, já é muita formação, mesmo assim. Mas, isto é também o que está ??? . Eu penso que eram as perguntas que me tinha colocado. -----

Sr. Deputado Fausto, eu não brinco e também respeito os documentos; agora, contraponho é dados. Mas, já agora, só por mera curiosidade, gostava de saber qual era os Município em que o Presidente pede para os deputados se inscreverem. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Em Carrazeda de Ansiães, no mandato em que o Eng.º Fernandes era aqui Presidente da Assembleia Municipal, acontecia isso, as pessoas não participavam. A Assembleia começava às nove horas, e às dez horas estava tudo no café. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Pois, que isso nunca aconteça. Agora, até é bom ver alguma animação. Sabe, quando os assuntos são densos, temos que os explicar de uma forma que seja perceptível para todos, têm que haver mais um bocadinho de paciência. E volto a dizer que conseguimos ser o décimo sétimo Município a pagar mais passivo financeiro, merecia, até porque quem vier a seguir encontrará uma melhor situação financeira. Esta deve ser a única Bancada da Oposição que não elogia por termos pago tanto montante em passivo financeiro. -- Mas, também dizer-lhe uma coisa quanto à Feira Medieval: eu continuo sem perceber muito bem, ou eu é que não consegui explicar. A ideia foi tirar do Orçamento as associações que recebiam, de forma direta ou indireta, montantes para tudo e mais alguma coisa. A ideia de os restaurantes serem explorados, não por profissionais, mas por associações, é mesmo essa, o que nós queremos é que seja diferente, porque senão -- anunciou aí uma série de feiras medievais; se eu pusesse uma feira de Vila da Feira, por exemplo, punha aqui um toldo gigante com uma marca de cervejas, e o senhor pagava e entrava, e estavam lá profissionais. A ideia é exatamente o contrário, é que as associações de todo o concelho -- e pode acreditar que há algumas associações, e nomeadamente comissões fabriqueiras, que retiram mais dinheiro só dos três dias da Feira Medieval, do que dar a volta ????. A ideia é exatamente essa, é que quem não quiser estar nas barraquinhas, como temos aqui, vão aos profissionais, aos restaurantes, por isso é que têm que estar abertos. A ideia é o incremento da economia na sua globalidade. -----

Agora, não ver ninguém às dez horas da noite no jardim, acredito que não possa ter sido verdade; é que é a hora em que começam os espetáculos aqui na praça. Disse dez horas, coincide com a hora em que as pessoas vêm ver o espetáculo. Se já não vê barraquinhas a vender, é porque venderam bem e esgotaram todo o stock. Uma coisa que, se calhar, o vai entristecer é que estou plenamente de acordo consigo quanto ????. Estamos plenamente de acordo. Agora, atenção, eu não estou de acordo que seja subsidiado para ter um artista, seja ele qual for. Estamos de acordo com isto que eu propus à Câmara Municipal, em que se faça um investimento no S. Martinho, mas naquilo que pode potenciar os produtos endógenos e o que é característico da região, e não injetarmos quarenta mil euros (40.000€) para pagar a um cantor por uma hora, ou duas. Para isso, não contem, pelo menos enquanto eu aqui estiver. Agora, para incrementar uma boa feira de vinhos, algo que seja diferente, como as tradições ??? da castanha e do gaiteiro, sim senhor. E por isso mesmo a Câmara, por unanimidade, este

ano até duplicou a verba que estava prevista para o S. Martinho. E aí, estamos completamente de acordo. -----

Sr. Deputado, eu acho que falar dos fogos, e do concelho, e do Reboredo, da forma como o fez, permita-me dizer-lhe que, no mínimo dos mínimos, é leviano, ou puro esquecimento. Então, o senhor não se recorda dos fogos de 1989? Não se recorda do grande fogo de 2003, que íamos ficando sem a Capela da Santa Leocádia, e que deixámos de ter iluminação ali? Não se recorda de termos que financiar quase um PT para podermos ter energia elétrica para a GNR, para a PJ, para poderem ter energia, à pressa, porque ficámos sem nada? Agora, se o Sr. Deputado me diz que o incêndio do Reboredo ???, para mim, é tão importante a vila como são as freguesias. Para mim, é tão importante salvaguardar o Reboredo para ficar bonito na fotografia da sede do concelho, como as freguesias que ??? . Esse é que é o problema. Agora, eu convido-o – não é hoje, mas convido-o, quando quiser, ao senhor e a quem quiser, a ver o investimento que foi feito em limpeza por parte do Município nos últimos cinco anos, no que diz respeito à Serra do Reboredo, nos programas que estamos a implementar, alguns em curso, nomeadamente com a Agência Portuguesa do Ambiente, e o senhor não vai encontrar certamente um ano idêntico a este em termos de investimento. Não vai, tenho a certeza absoluta. Mas, temos que pensar no Reboredo como um todo, e não como a mancha que dá para a sede do concelho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos abrir o segundo período de intervenções. Sr. Deputado João Pavão, Luís Esteves, Luís Dias. Há três inscrições. Está terminado o período de inscrição. Sr. Deputado João Pavão. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Antes de falar do Orçamento e sobre a minha interpretação em relação ao Orçamento. Refiro que o Orçamento é sempre uma previsão, e nós, quando criticamos – o Presidente há pouco falou na parte positiva, na neutra e na negativa – claro que temos posições para os três eixos. E antes de iniciar a exposição, agradecer aos serviços o envio atempado dos documentos, porque se no ano passado criticámos por não terem enviado, também temos que fazer justiça quando os documentos são enviados prontamente. -----

Este é um Orçamento que eu acho que automaticamente vai ter que ser retificado, não só pela transferência das competências, não só também pela reprogramação dos fundos comunitários – falou o Sr. Presidente que relativamente à transferência de competências, o Município irá negar as competências que serão atribuídas à sua responsabilidade, exatamente como você disse, não conhecemos o pacote financeiro, e isso certamente irá levar a uma alteração do Orçamento. Relativamente à reprogramação dos fundos comunitários, não sei se o Município

tem previsto nessa reprogramação, não sei o que é que têm previsto nessa reprogramação, não sei se vão implementar pelo menos o parque industrial, na nossa zona industrial as last mille? Apesar de algumas vias serem novas, relativamente à obra de urbanismo do Baixo Sabor. -----

Relativamente aos vinte milhões de euros (20.000.000€), eles não estão plasmados, obviamente, neste Orçamento de 2019, e pergunto ao Sr. Presidente se estão até 2021, estão além do seu mandato. Se estão além do seu mandato, pergunto se isso depois não pode prejudicar eleições futuras e vindouras, e ficarem com o famoso passivo. Recordar também que este Executivo herdou um passivo porque houve investimento público, porque houve Quadros Comunitários para alavancar esse investimento público, e eram obras que todas as Câmaras aqui à volta aproveitaram. Se eram obras megalómanas, ou não, havemos de estar de acordo, ou não. -----

Ainda relativamente às posições neutras e positivas – vamos juntar aqui as duas no mesmo eixo – há aqui obras que são cruciais para o investimento nas freguesias, há aqui obras que são cruciais para o desenvolvimento da formação e promoção do sucesso escolar, há aqui obras e serviços, como a Unidade Móvel e o serviço ao domicílio, que é indispensável para a qualidade de vida dos nossos idosos, que cada vez mais têm dificuldade em deslocar-se à sede do concelho. É preciso ainda esse serviço ao domicílio ser alterado, apesar de termos uma Unidade Móvel, mas talvez uma unidade de cuidados paliativos ao domicílio, ou uma unidade de cuidados integrados ao domicílio, como já o fazem em concelhos limítrofes. Parabenizar também pela abertura, que acho que será no próximo mês, do Gabinete de Apoio à Vítima, que é essencial nas nossas zonas do interior. -----

E agora, como faz parte da interpretação da democracia, e que o Executivo está aqui para ser fiscalizado, vamos à parte negativa, à parte da nossa observação, à parte daquilo que nós queremos que mude. Em abril de 2018, apresentámos aqui a votação da prestação de contas do ano de 2017 – ou seja, referente ao ano passado. Nessa altura, referimos que a execução da despesa e da receita se deveu a um empréstimo contraído para substituição da dívida, orçado em cerca de seis milhões de euros (6.000.000€), que se refletiu consequentemente na receita e na despesa, caso contrário a execução do Orçamento seria a média dos últimos quatro, cinco anos, que andava nos doze milhões de euros (12.000.000€). -----

Assim, e partindo desta observação sobre a previsão de execução – que nós sabemos que o Orçamento é sempre uma previsão – o valor de dezanove milhões de euros (19.000.000€) para o Orçamento de 2019, que envolve um investimento em infraestruturas cruciais para o concelho, só me faz concluir uma coisa: é que passados só estes anos, se calhar a situação financeira do Município não estava tão mal como se promove, porque temos investimento e há

apoio dos fundos comunitários, e ainda tiveram a beneficiação do Governo em despesas com os incêndios, que não contavam para o limite de endividamento legal. -----

Contudo, e partindo para a observação prática do documento, é possível salientar que o Orçamento de 2019 se encontra sobrevalorizado, um autêntico empolamento de receitas e consequentemente sobrevalorização da despesa. -----

Na ótica da despesa, apesar de o Sr. Presidente já ter explicado o que nós temos aqui, saliento os aumentos em cerca de trezentos e dez mil euros (310.000€) nas despesas com pessoal, regularizando assim situações precárias de alguns trabalhadores, ao abrigo do programa de regularização dos precários que este Governo fez, em conjunto com o Bloco de Esquerda e com o Partido Comunista. Mas, também deixamos uma observação: havia transferências que eram feitas para as associações, para não dizer recursos humanos, e este valor mantém-se. Como é que ficamos? -----

No que diz respeito às receitas fiscais, sublinha-se que a Derrama – e por isso eu votei contra na última Assembleia, contra a Derrama – representa somente zero, vírgula zero quatro por cento (0,04%) do total geral do Orçamento da receita, tal como disse o Sr. Vereador André em reunião de Câmara sobre o Orçamento, e isto é uma taxa que, na nossa observação, faz falta aos empresários que estão localizados no nosso concelho. Podemos entrar na discussão de quem é que pode ficar isento e acho que é neste campo que o Município deve atuar, ajudando as pessoas, ajudando as empresas, a captação de novos projetos, tal como disse, e a adaptação aos desafios demográficos – que um dos nossos maiores défices é o défice demográfico – aos desafios sociais, desportivos, recreativos - tal como disse o deputado Luís João. Nós queremos que o concelho tenha melhores infraestruturas, sistemas de águas residuais, claro que queremos, queremos que as aldeias sofram uma regeneração de que tanto necessitam, porque só isso irá impedir o despovoamento constante, e na nossa observação, o nosso concelho e as nossas pessoas precisarão de política próxima, que bem merece cada pessoa, cada família, cada empresa, porque disso depende a sobrevivência do nosso concelho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Esteves, dizer que ao facultar o Orçamento com antecedência maior, é porque é um documento denso, que requer outra análise. Mas, como foi dito, o documento já circulava por aí. Mas, tanto este ano, como no ano anterior, foram cumpridos os prazos. Sobre este documento, decidiu-se, enfim, divulgá-lo mais cedo para que todos tivessem acesso atempadamente. Mas, que fique claro que foram sempre cumpridos os prazos. Neste caso, mesmo o prazo que são dois dias, mas foram cinco dias – que na prática são sete, porque, entretanto, mete-se o fim de semana, e esteve à disposição de todos os Srs. Deputados. -----

Sr. Deputado Luís Esteves. -----

-----**O Deputado Luís Esteves:** Ora, muito bom dia a todos. -----

É verdade ????. Queria também perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se não se esqueceu de uma verba para o desporto motorizado, porque o desporto motorizado atrai milhares de pessoas às regiões ??? aumentar cada vez mais ??? os bombeiros ??? arranjar umas colunas de proteção nos passeios ??? da Praça da República (acho eu) ????. Muitos parabéns, Sr. Presidente, porque tem trazido ????. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** O Orçamento executa-se em e depois sofre uma revisão, procedimento normal em democracia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, muito obrigado. -----

Quanto à parte final, política, como na reunião ??? o Sr. Primeiro Ministro, o Sr. Ministro das Infraestruturas e o Sr. Ministro Adjunto, e com os Secretários de Estado da nova Secretaria criada, de Desenvolvimento do Interior, foi uma reunião profícua em que estiveram ??? falou o Sr. Primeiro Ministro, falou o Sr. Ministro Adjunto, falou o Sr. Ministro do Planeamento, o Secretário do Desenvolvimento do Interior ficou calado. Portanto, esse de certeza que não fez promessas que não vai cumprir. Agora, todos concordamos com o que o senhor disse. Sr. Deputado, quem é que não quer mais gente aqui? Quem é que não quer desenvolvimento e que empresas privadas venham para aqui? Quem é que não quer que os filhos e netos, e os avós, que estão todos lá fora, a viver mal, e com estas notícias que nos chegam de França, onde está uma grande comunidade portuguesa, não venham para aqui? Quem é que não gostaria que todos os dias do ano fossem os dias de agosto em Moncorvo? Nisso estamos de acordo, eu não consigo discutir uma coisa consigo em que estamos de acordo. Agora, temos é que ter soluções para isso, e as soluções, parece que estão confinadas aqui a cerca de seiscentos quilómetros quadrados do nordeste transmontano. Eu pergunto-lhe como é que um Ministro, que enquanto não teve emprego, ou saiu do emprego antigo, regressou o ex-Ministro, foi contratado por uma comunidade intermunicipal, e que na primeira medida para desencravamento do interior punha lá "Linha do Douro", e agora diz que não é possível a nenhum português aceitar esbarrar contra uma parede de ??? milhões de euros. Quando

estamos sentados no Terreiro do Paço é de uma forma, e quando somos consultores é de outra? Ao menos tinha a coragem de dizer assim: “Sim senhor, é verdade, eu sempre defendi, e é por aí que temos que desencravar.” E se conseguíssemos ter esse eixo, se conseguíssemos ter o eixo Pocinho – Vila Franca das Naves, estou certo que Moncorvo ia ganhar muito em termos de escoamento de produtos. A própria Comissão Europeia disse que sim, ou seja, é o Governo que diz que não, e é o consultor que fez o estudo a dizer que sim, que agora, enquanto Ministro, vem dizer que não. E é nestes decisores políticos que nós devemos confiar. -----

Agora, tudo o que me disse, eu aceito. As obras, obviamente que em termos das obras plasmadas nestes documentos, como sabe, são cinco anos o período em que temos que fazer, que temos que, de alguma forma, aqui colocar. Agora, eu espero, sinceramente espero que em 2020 estejam terminadas. Mais, espero que terminadas financeira e fisicamente, porque eu não tenho a menor dúvida que em 2020 não deverá haver pagamentos da União Europeia. Aliás, o primeiro a assumir isto é o coordenador do Orçamento para a União Europeia, que é português, e que disse que não ia ter dinheiro para 2021, o que quer dizer que quando nós estudarmos novamente a Linha do Douro, já passou este Quadro Comunitário, porque fomos os únicos que apresentámos um documento com propostas para 2020-2030, com os atrasos há de ser em 2035, e perdemos esta oportunidade. Portanto, cabe aos decisores políticos do Poder Central, e tem que caber definitivamente a uma interligação das autarquias e do Poder Central, que ????. O que é que aconteceu? Fugiram todos, fugiram, saíram de Vila de Rei, todo o projeto ????. Portanto, se for a uma grande cidade e disser assim: “Eu tenho seguro e pago dois ou três euros para ???, pago dez euros para ter violino, ou dança, ou quinze euros para ter três disciplinas”, as pessoas dizem que sim, mas eu não consigo fazer isto em Lisboa ou no Porto. Temos qualidade de vida, agora formem para os trazer para cá. Eu penso que terá que ser de uma forma apelativa para os mais novos, onde com um simples computador ou um iPad, possa fazer o que se fazia antes num gabinete, integrando empresas, sentado num escritório. Mas, para isso, temos que apelar àqueles que já vêm de grandes cidades... -----

... serem contratualizados. Também, deixem-me só dizer isto: quando a Comissão de Coordenação vem dizer que há pouca execução, é que a culpa também é deles, que não saem avisos. Como é que é possível em oito medidas do PARU, aprovadas algumas em 2016, estamos agora a receber as contratualizações com repartição de encargos para 2019 e 2020. Vejam o que aconteceu numa escola, a escola veio agora aprovar a contratualização ????. Como é que estava previsto no Orçamento para 2018 seiscentos e oitenta e oito mil euros (688.000€) de execução, ??? ser lançado agora o concurso público. Portanto, também é preciso perceber esta dinâmica para depois se entender que estes documentos têm que ser mesmo previsionais. Agora, o Sr. Deputado acabou de me dizer: “E como é que estamos de

execução na escola?” Estamos basicamente com três e meio por cento (3,5%), em que a Câmara é responsável sete por cento (7%), ou sete e meio (7,5%), temos ???, basicamente já executado. O que é do Estado, zero; montante transferido, zero. Não sei se ficou aqui alguma situação por responder, penso que não. -----

Quanto ao Sr. Deputado Luís João, obviamente que o Município tem todo o gosto em associar-se a esse estudo ??? na verba que está inscrita em Orçamento para estudos e pareceres, ficará uma verba já para o regadio. Não tenho problemas nenhuns de assumir que está lá para isso. Agora, ??? já que estamos a falar de regadio: na União de Freguesias de Felgueiras foi aprovado há um ano, enviaram um e-mail a pedir para a entidade – neste caso, a Associação de Regantes ??? – ir enviando e-mails porque está aprovado, não pode estar é ainda em execução por falta de verba. Para irem enviando sempre e-mails ????. Como é que é possível? Eu não consigo ter o Orçamento da Câmara a funcionar quando estou a receber isto. -----

Sr. Deputado Luís Esteves, eu ainda não ia dizer isto, mas obviamente que o desporto motorizado, para nós, faz parte desta estratégia, não só motorizado rodoviário, como o motorizado fluvial, nomeadamente com o campeonato de motonáutica, com o apoio ao karting, que já tinha sido falado. E após termos tido, em 1968, a última passagem da Volta à Portugal por Torre de Moncorvo, eu espero que em 2019 uma das partidas da Volta à Portugal seja em Torre de Moncorvo, decorrido este período de 1968 a 2019. Espero que se concretize, estamos no bom caminho para isso, e espero noticiar a data muito em breve, porque como sabem, é muito complicado porque muitos Municípios querem isso. Agora, nós gostaríamos que uma das partidas fosse feita aqui em Torre de Moncorvo, aproveitando também ??? para Bragança, e se possível fazer aqui uma paragem em Moncorvo. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Vamos passar, então, à votação das Grandes Opções do Plano, que engloba vários documentos – o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipais, o Orçamento de Receita, o Orçamento de Despesa e o Mapa de Pessoal. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 5 votos contra (dos deputados Fausto Edmundo Tiago, João Pinto Pavão, António Eduardo Carvalho, António Júlio Andrade e José Aires) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2019 -**

**Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal". -----**

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Foi entregue a declaração de voto que depois será anexada à ata.-----

É uma declaração de voto, que está subscrita por João Pavão, Eduardo Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e José Manuel Rodrigues. Está aqui a declaração de voto. Querem ler? É um documento que ficará anexo à ata. -----

-----**Declaração de voto**-----

Considerando a sessão ordinária do dia 10 de Dezembro de 2018 da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo de extrema importância para o desenvolvimento do concelho de Torre de Moncorvo, e visto que consiste na votação dos documentos orçamentais os membros abaixo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS), subscrevem o seguinte documento. -----

*"No ano de 2018, durante a votação do documento de prestação de contas de 2017 referiu-se que a execução da despesa e da receita se deveu a um empréstimo contraído para substituição da dívida orçado em cerca de 6 milhões de euros que se reflectiu consequentemente na receita e na despesa, caso contrário a execução do orçamento seria de 12 Milhões de Euros, sendo esta a média dos últimos 4 anos da governação do actual executivo. Assim, e partindo desta observação entre previsão e execução, o valor de 19 milhões de euros para o orçamento de 2019, que envolve um investimento em infraestruturas cruciais para o concelho, só nos faz concluir uma coisa: afinal a situação financeira do Município de Torre de Moncorvo não estava tão precária, tal como se dizia em 2013. -----*

*Contudo, e partindo para a observação prática do documento é possível salientar que o orçamento de 2019 se encontra sobrevalorizado, num autêntico empolamento das receitas e consequentemente sobrevalorização da despesa. Na óptica da despesa verifica-se o aumento em mais de 300 mil euros na aquisição de bens e serviços, comparando com o ano de 2018. Salienta-se também que existe um aumento de cerca de 310 mil euros nas despesas com pessoal, regularizando assim situações precárias de alguns trabalhadores, graças ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública do actual Governo, que vem colocar justiça aos trabalhadores que executam tarefas fixas e regulares, sem qualquer tipo de segurança contratual. Contudo neste ponto deixamos a observação de que os valores a transferir para as associações se mantêm inalterados, não cumprindo assim o objetivo de reduzir estes valores aquando da entrada dos trabalhadores no programa de*

regularização da administração pública.-----  
No que diz respeito às receitas fiscais, sublinha-se que a Derrama representa somente 0,04% do total geral do orçamento da receita, o que vem demonstrar que o valor que se apresenta residual para a totalidade do orçamento. Esta taxa de derrama faz falta aos empresários que estão localizados no concelho e que contribuem para o nosso desenvolvimento global enquanto Município. E é neste campo que o Município tem que actuar, estando ao lado dos empresários e da economia viva do concelho. Os Moncorvenses necessitam de um Município que privilegie a fixação de novas empresas, a captação de novos projectos privados, a adaptação aos desafios demográficos, sociais, desportivos, educativos e agro-económicos, assim como uma estratégia em rede com os Municípios limítrofes e comunidades transfronteiriças que impulsionem a economia turística da nossa região. Para além destes vectores essenciais para a nossa evolução necessita igualmente de uma política articulada com a juntas de freguesia para preservação das infraestruturas públicas, assim como na regeneração das aldeias, que caso não mudem de rumo estão condenadas ao despovoamento total. -----

Ressalvamos que é de extrema importância o desenvolvimento dos investimentos realizados, tais como o Museu do Castelo, as intervenções no Âmbito do PARU, as Construções das ETAR's e remodelação dos SAR's, assim como o investimento na reabilitação da Escola Dr. Ramiro Salgado e projectos de eficiência energética. -----

O Concelho de Torre de Moncorvo necessita de uma grande intervenção social e económica que possibilite a evolução do concelho e permita a fixação de pessoas, assim como a respetiva subida da taxa de natalidade concelhia. O nosso concelho, e as nossas pessoas precisam igualmente de uma política próxima que valorize cada pessoa, cada família, cada empresa, porque disso depende a sobrevivência do nosso concelho. -----

Assim, e verificando que o Orçamento se apresenta como um documento irrealista, o sentido de voto dos subscritores é Contra". -----

Subscrito por: João Pavão, Eduardo Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e José Manuel Rodrigues. -----

---

---

**PONTO 5 — PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES - IRS.** -----

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Srs. Deputados, o que se propõe aqui é que cinco por cento (5%) do imposto tributável em termos de IRS, em vez de ser entregue ao Estado (Poder Central), aqui reverta a favor do Município. Não causa qualquer encargo; em vez dos cem por cento (100%), noventa e cinco (95%) serão entregues normalmente, e portanto, ??? – aliás, já há a hipótese agora, como sabem, de fazer através de uma cruzinha nos requerimentos, porem para as fundações que quiserem. O que se propõe é que cinco por cento (5%) reverta para o Município.-----

-----O Presidente de Mesa: Quem pretende pronunciar-se sobre o Ponto n.º 5? Não há inscrições. Passamos, então, à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 25 votos a favor **aprovar a “Participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares em 5% para vigorar no ano de 2019”**.-----

-----Os Deputados Luís João Dias e João Augusto Leonardo estavam ausentes da reunião na votação deste assunto.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---

---

## **PONTO 6 — AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO - 2019.**

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente da Câmara.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Como todos os anos aqui vem, uma autorização, no fundo, para empréstimo para fazer face a necessidades que surjam. Como podem ver nesta análise, utilizámos aqui duzentos mil euros (200.000€), que estão para ser pagos até ao dia 20. Fez-se um pedido às entidades bancárias para o concurso para esta contratação de empréstimo, a todas as entidades bancárias do Concelho de Torre de Moncorvo, e ganhou o BPI, com um

spread de zero, ponto quarenta e um por cento (0,41%), e uma taxa de juro associada à Euribor a doze meses, que está negativa. Portanto, zero ponto quarenta e um por cento (0,41%) foi a proposta mais vantajosa para o Município, e que vem aqui à Assembleia para pedir autorização para esta contratação de empréstimo a curto prazo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar autorização, vamos, então, discutir esse ponto. Quem pretende falar sobre o Ponto n.º 6? Ninguém se pretende inscrever? Passamos, então, à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, **por maioria**, com 26 votos a favor, **autorizar a “contratação de um empréstimo de curto prazo para vigorar durante a vigência do orçamento para 2019, até ao montante de 500.000,00€ ao Banco BPI, S.A, com a taxa variável associada a Euribor a 12 meses, acrescida de um spread de 0,41%, com o pagamento de juros trimestral e postecipadamente e aprovar as cláusulas contratuais”**. -----

-----*O Deputado Luís João Dias estava ausente da reunião na votação deste assunto.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

## **PONTO 7 — PEDIDO DE DESAFETAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO - LUGAR DA TRITANA.**

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade (PS)** -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo ausenta-se porque o assunto em discussão envolve um seu familiar. -----  
Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Eu posso dar aqui uma breve explicação sobre este assunto. Este é um assunto, como eu digo, em que pior que decidir mal é não decidir. E

portanto, é um assunto que vem já desde 2010, já tem oito anos. Eu até entendo que poderá estar mal formulada aqui a autorização para retirar um caminho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Isto é para localizar, penso que toda a gente sabe o lugar de que estamos a falar. De qualquer forma, são o conjunto de fotografias que acompanham os documentos. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Aqui, o que se pede é a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, para daí poder fazer uma permuta com o proprietário. E eu digo que isto está mal por uma razão: primeiro, não está em lado nenhum inscrito nem descrito que seja um caminho público – e eu pedia ao Sr. Presidente para pôr na certidão matricial, e se repararem, aí nas confrontações diz: Norte, Estrada Municipal 221 (continua lá); sul, caminho público (que dá acesso a todas as propriedades, e que prosseguia até à Nossa Senhora da Esperança); depois, nascente, Fernando António Silva e caminho público (que é a entrada de um caminho que dá acesso ao caminho público da Tritana; e poente, que é onde está instalado este local, diz José ???, não diz “caminho público”. Por quê? Porque é, efetivamente, quem está a confrontar com o prédio. -----

Agora, se voltarmos à fotografia, o que é que temos lá? Temos que este caminho – se lhe quiserem chamar assim, que para mim não é um caminho público, e aqui é que é a confusão que vem desde 2010 – está no interior de todas as propriedades que pertenciam ao mesmo proprietário, que era o ???, quer na parte de baixo da Estrada Nacional 220, quer no lado nascente, quer no lado poente. Ou seja, está instalado em terrenos particulares, e que não é mais do que um atalho para chegar à propriedade de baixo, e que não dava acesso a mais nenhum particular, só dava para chegar à parte de baixo da Nacional 220. Portanto, chamar-lhe caminho público é, grosso modo, um abuso. -----

Mas, pior do que isso é que a Câmara Municipal, naquele ???, se é que lhe podemos chamar, instalou uma conduta de água, e agora não dá para ter acesso. A única pessoa que tinha acesso – e a ver se eu consigo explicar – é um senhor, que tem uma casa, quem vem do lado nascente, tem ali uma casa que até tem uma varanda com um passadiço. Ele deixava o carro aqui estacionado ???. Quando foi a proposta do requerente, o requerente propôs-se a que ficaria com o ónus de não plantar nada aqui, e até pagaria as obras que a Câmara estava a fazer, desde que o deixassem ter estas propriedades sem aquele carreiro ali. A Junta de Freguesia, no dia 17 do mês de dezembro de 2010, no Ponto n.º 4, disse: “Foi presente um ofício do Sr. Rui Manuel Meneses, solicitando alteração do caminho ???. Depois de analisado, foi deliberado por esta Junta que concordaria com a alteração do troço, mas antes teria que ter a aprovação ???.” Deliberado, foi o assunto reencaminhado para a Assembleia de Freguesia.

No dia 29 do mês de abril do ano de 2011, a Assembleia de Freguesia veio dizer: "Concluiu-se que nada nem ninguém era prejudicado, pelo que ??? foi aprovada por unanimidade a alteração, desde que tenha autorização dos proprietários dos terrenos contíguos", terrenos contíguos que agora são da mesma pessoa, agora são os dois do Sr. Rui Meneses, o do nascente e o do poente. Mas, mesmo assim, para verem, o que é que fez o requerente? Deu duzentos metros da sua propriedade para o tal vizinho que estacionava ali poder ter acesso à quinta dele. O proprietário é o mesmo proprietário aqui do Solar ???, é o mesmo proprietário. E neste momento, com o que lhe foi cedido, ele consegue entrar na quinta. Onde é que a Câmara entra? A Câmara entra aqui num acordo que faz com o proprietário – com esse tal proprietário – para que possa ser aberta uma vala (que já foi aberta) para levar eletricidade subterrânea para fazer a ligação, que tinha acabado com os grandes incêndios de que falei há bocadinho, para levar a ligação a Santa Leocádia. O proprietário acedeu, desde que pudesse aceder à casa. Bem, aí nós já não podíamos fazer nada, e foi o proprietário Rui Meneses que deu duzentos metros quadrados em troca dos oitenta metros quadrados onde estão as condutas. O que nós discutimos aqui é passar para o domínio privado do Município, para o Município poder fazer a permuta dos duzentos metros que o requerente entrega à Câmara, pelos oitenta que ali estão. Isto é a perspetiva de toda a documentação. -----

No meu entendimento, houve aqui sempre um lapso que só a certidão matricial é que veio colmatar: é que a certidão matricial fala, efetivamente, a sul no caminho público, fala na entrada a nascente, mas não fala a poente, e nós estamos a poente. O que quer dizer que aquilo era um atalho. E sendo um atalho, quando muito, juridicamente pode ser ???, com fixação de jurisprudência do Tribunal Administrativo, que diz que o caminho atravessa terrenos particulares, somente usado para encurtar distância entre dois pontos de uma estrada ??? nos termos da Lei n.º ??? . É um acórdão da Relação do Porto, de 9 de julho de 1988. Agora, o que está aqui não é isto. Se fosse isto, com um atravessadouro a ligar os dois era fácil, porque o proprietário até poderia pedir uma indemnização contra a Câmara por estar lá implantada uma conduta. O que eu e o Executivo propomos é que passe para o domínio privado para poder fazer a permuta daqueles oitenta metros com os duzentos que ele entregará para ter acesso o proprietário, que já entregou e cujo proprietário, dono do Solar dos Pimentais. Basicamente, é isto que se passa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----  
Então, vamos abrir o período de discussão. Sr. Deputado João Pavão, faça favor de expor os seus pontos. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Relativamente a este assunto, só uns apontamentos. O parecer do Dr. Saldanha não está assinado, não sei se tem carácter vinculativo ou eficácia. E perguntar também, o Sr. Presidente esclareceu que os terrenos já são do proprietário que irá ficar com o caminho, mas perguntar se todos os proprietários já foram ouvidos e se concordaram com isto – porque agora é tudo do mesmo. E perguntar quais foram os encargos que isto trouxe para a Câmara Municipal e para a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Isto é um processo de desafetação que vem desde 2009, passou por vários Executivos Municipais e da Junta de Freguesia de Moncorvo que aprovaram esta alteração. Logo, penso que está na altura de se resolver este processo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Eu queria apenas garantir que, como está descrito no despacho, que seja garantido que o contrato preveja o acesso às infraestruturas municipais existentes. Basicamente é isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, faça favor também. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Mas é aquela casa que está à frente do forte, e depois até tem um arco, e passa o caminho por baixo, não é? Não é esse caminho? Se for o caso, chamo a atenção para o valor cultural desse arco. Já agora, lembro que existe outro ali na Quinta do Marmeleiro. Eram as chamadas “portas da vila” onde se pagavam os impostos, quando vinham as mercadorias. São monumentos de muito interesse e os poderes públicos não têm ligado nada àquilo. Não me admira que qualquer dia, os proprietários tomem conta deles ou os deixem cair, porque, ao menos um dos sítios, já está cheio de árvores. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Fotografia aérea? É este caminho aqui. Sr. Presidente. (Visualização de fotografias do local em causa). -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Onde se estava a falar, a Nacional 220 é aquela que está ali a norte, e o caminho de que o Sr. António Júlio está a falar é a sul. A ponte é onde ele está, e não existe sequer registado. A Estrada Nacional 220, o caminho aqui para a Açoreira,

como bem diz, e que nós estamos a tentar fazer um acordo para fazer a ligação por cima da estrada, para ligar à Senhora da Esperança, e depois é aquele atravessadouro. -----  
O que o Sr. Deputado João Pavão perguntava, agora não há proprietários ali confinantes porque é tudo do mesmo. Ou seja, já não há proprietários confinantes, porque o de cima tem acesso pelo caminho normal, e o de baixo tem pela estrada municipal. Ali só está aquele atalho no meio do prédio, que é da mesma pessoa. Onde está esse vermelho foi o que o proprietário agora já cedeu, que são cerca de duzentos metros, que é para o proprietário dessa casa poder entrar, já não tem que deixar ali o carro. Entra por aí direto. A permuta seria entre esses duzentos e os oitenta. Faríamos essa permuta, passando para o privado da Câmara. -----  
Sobre a assinatura, Sr. Deputado, eu normalmente assinaria tudo, mas é de fevereiro de 2012. Mas, acredito que seja verdadeiro, que tem aqui uma série de carimbos de deliberações, e portanto, nada me leva a crer que não fosse, obviamente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminado o primeiro período, abrimos o segundo período de intervenções. Quem se quer pronunciar? Há uma inscrição. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Eu partilhei a dúvida do membro da Assembleia António Júlio quando referido caminho público e não a referida passagem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação do Ponto n.º 7, Pedido de desafetação. Como sabem, está ausente o Sr. Deputado José Meneses, porque envolve um familiar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 19 votos a favor e 7 abstenções (dos deputados Fausto Edmundo Tiago, João Pinto Pavão, António Eduardo Carvalho, António Júlio Andrade, José Aires, Luiz Marcelino Lopes e António Júlio Sá Andrade) **aprovar a “Desafetação de Caminho Público - Lugar da Tritana”**. -----

-----*O Deputado José Carlos Meneses estava ausente da reunião na discussão e votação deste assunto.* -----  
-----

---

---

**PONTO 8 — PLANO DE GESTÃO DA ALBUFEIRA.** -----

---

---

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS) -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente da Mesa, eu pedi para ser agendado este ponto sem nenhum assunto que não fosse o típico, e isto é só para vos fazer uma chamada de atenção, principalmente aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia do Larinho, da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha, do Felgar, de Torre de Moncorvo, e um bocadinho ainda de Cabeça Boa, porque no dia 23 de novembro houve a primeira reunião para o Plano de Gestão da Albufeira ????. É importante estarmos todos atentos, porque o que conseguirmos transportar para esse documento é aquilo que será a realidade daqui a vinte ou trinta anos. Portanto, ainda não está em discussão pública, só está em análise técnica, mas já foi feita a primeira reunião. Qualquer situação, o Chefe de Divisão de Torre de Moncorvo, Eng.º Jorge Afeto, é o responsável, está comigo juntamente também com a Associação de Municípios do Baixo Sabor, que é o Dr. Vítor Sobral. Depois, politicamente, obviamente, estão os quatro Presidentes de Câmara. Mas, só vos peço o seguinte: é para terem mesmo muita atenção a essa situação, os Presidentes de Junta, redobrada, mas todos nós temos que ter atenção a isto, porque o que revertermos para o documento é o que irá ficar. -----  
É só para chamada de atenção e para tomarem conhecimento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, Sr. Presidente. Então, vamos abrir a discussão. Inscreveu-se o deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** É realmente importante, e uma das coisas que a mim me impressiona é o seguinte: a barragem do Tua, foi feita muito depois da do Sabor. Já estão a ser captados investimentos para lá, já há planos de ação e desenvolvimento turístico em execução. Nós ainda nem sabemos se é possível fazer ali qualquer investimento, quanto mais o resto. Portanto, devemos estar atentos, realmente, para fazermos alguma coisa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mais alguma intervenção? Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** O Sr. Deputado tem razão, os investimentos, a Associação de Municípios do Baixo Sabor também tem várias propostas de investimento. A diferença está nisto: no Tua, sabemos que uma parte do investimento é ter um grupo de seguranças a guardar ????. Mas, está lá. Essa é uma. Mas, a grande diferença é que a Albufeira do Baixo Sabor é considerada como o expoente máximo em termos de qualidade da água, e este plano devia estar feito já pela Agência Portuguesa do Ambiente há mais de cinco anos, ainda não está, e foi agora adjudicado a uma empresa, para o fazer com todos os

interlocutores. É só por isso. Só que estamos a aguardar. Quanto aos investimentos, já houve muitas reuniões, ??? querem andar de barco quatro tempos, dois tempos, a remos, pode-se construir, não se pode. Por isso é que o mais importante para mim é que não se torne um território selvagem e que as Juntas de Freguesia tenham um papel a dizer naquilo que querem para o seu próprio território. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, tomar conhecimento do “Plano de Gestão da Albufeira”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

\*\*\*\*\*

### ----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos então ao Período de intervenção do público, terminado o Período da ordem do dia. -----

Temos três inscrições que foram entregues na Mesa, e foi utilizado o modelo, de modo a evitar alguns contratempos que houve em reuniões anteriores. A partir de agora haverá sempre uma ficha de inscrição, em que as pessoas, conforme vão chegando, vão-se inscrevendo, e referir o assunto que querem tratar. Já sabem que cada um dos cidadãos para intervir tem um período que não pode exceder cinco minutos. -----

A primeira inscrição é do Sr. Adriano Aníbal dos Reis, e o assunto é a Serra do Reboredo. Faça favor, tem cinco minutos para intervir. -----

-----**O Município Adriano Reis:** Ora, bom dia. Antes de mais, quero cumprimentar a Mesa da Assembleia, a Mesa do Executivo e os Srs. Deputados. -----

Ora, é caricato eu trazer este tema da Serra do Reboredo, mas não vinha com ideia de falar em incêndios florestais; vinha, sim, falar de outra matéria, que vou falar. Mas, já que foi badalado aqui este assunto dos incêndios florestais, eu tenho que dizer ao Sr. Presidente do Município que está enganado. Primeiro, em 2003, em 3 de agosto de 2003, arderam cem hectares da Mata Nacional do Reboredo – Mata Nacional do Reboredo, cem hectares. A partir

daí, desse incêndio, desencadeou-se um processo em que deixou de ser Mata Nacional do Reboredo, e passa a ser Mata Municipal. Sr. Vereador, se desconhece, consulte, o problema não é meu. Se desconhece, então consulte. E é para informar que a Capela de Santa Leocádia, a capela não ardeu. Onde está a casinha das bebidas e o café, não foi em 2003 que ardeu; foi em 2008. Sabe por quê, Sr. Presidente? Eu já não era comandante, o helicóptero estava a fazer descargas, com dez minutos, e eu senti-me na obrigação de telefonar para o Comandante Mamede e dizer-lhe: “Mamede, o helicóptero está a fazer descargas de X em X tempo”, quando ???.

Também lhe tenho a dizer que falou aí que o Reboredo não é só para embelezamento da vila, da parte norte do Reboredo, que é para embelezar a vila. Não, Sr. Presidente, é da vossa responsabilidade. E o Reboredo ardeu da vossa responsabilidade, acabaram com uma equipa de sapadores, que ia fazendo prevenção silvicultura, e deixou de ser feita. Hoje, os carvalhos folhosos – as projeções, embora se admita que houve uma situação anómala a nível meteorológico, é verdade, aqui veio do sul e de leste a rodar, em que levou projeções de silvas e de folhas de carvalho, porque se os carvalhos estivessem limpos, não havia incêndio de copas, porque não é resinoso. Por isso é que dizem para fazer a gestão das folhosas, com as resinosas, e esta brincadeira, porque se formos a ver, onde é que havia combustível ??? e houve projeções ??? não se via a copa. E sabe por quê, Sr. Presidente? Porque estava limpo cá em baixo, nos cedros; estava limpo, não se via a copa, não tinha combustível para alimentar.

Bem, isto só para dizer, em relação ao incêndio de 18 de julho de 2016, que destruiu a nossa serra, olhe, foi uma falta ???, enfim, inclusive os nossos bombeiros, fico triste. Sabe por quê? Espera-se um incêndio no caminho, não se faz um combate direto. E eu tenho muita tristeza, porque eu passei muitas horas na defesa daquele Reboredo. Ia ardendo, ia ardendo, mas ia regenerando ??? o Sr. Deputado Fausto, ia ardendo, mas ia regenerando. Ia regenerando por si própria aquilo que ardeu. É aquilo que está hoje a acontecer no Reboredo. E mais, em relação à coordenação, eu já tive esse debate com o Sr. Presidente na Comissão.

-----**○ Presidente de Mesa:** Queira concluir, por favor. -----

-----**○ Município Adriano Reis:** Como disse, Sr. Presidente, eu não era para trazer este assunto aqui, mas tocaram-me nos meus calos, e é como diz o ditado, “quem não sente não é filho de boa gente”. Eu já vou terminar, eu vim aqui com boas intenções. -----

Agora, só para lembrar ali ao Sr. Presidente da Câmara ??? comandante operacional, o que é que ele faz? ??? que devia estar no papel, e que anda ??? um incêndio urbano, um incêndio florestal, para uma primeira intervenção, os cinco elementos da ???, que é subsidiada pela

Câmara, que é subsidiada pelo Ministério da Administração Interna, que não está lá. Andam de transportes, andam no comércio, porque o transporte excedente – não estou a falar ???, calma lá, o transporte excedente é uma empresa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vai ter que concluir, porque já passou o seu tempo. -----

-----**O Município Adriano Reis:** Eu já vou concluir, agora vou ao ponto concreto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não, vai concluir, não vai ao ponto concreto. São cinco minutos, são cinco minutos. Muito obrigado. -----

-----**O Município Adriano Reis:** (Intervenção inaudível). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpe, já esgotou o seu tempo. Não tenho que o deixar falar; são cinco minutos, são cinco minutos. Desculpe, aqui há regras, e o senhor tem que cumprir as regras. Tem cinco minutos, já vai em oito minutos. -----

A Sra. Cidadã Altina Pinto vai falar sobre o projeto integrado de combate ao insucesso escolar. Tem cinco minutos. Se forem seis, não vem mal ao mundo, mas não é uma hora seguida. Faça favor. -----

-----**A Município Altina Pinto:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Executivo da Câmara Municipal, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. -----  
Relativamente a esta questão, vou dirigir-me mais ao Sr. Presidente da Assembleia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Presidente da Assembleia aqui não está para responder; quem responde aqui é o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**A Município Altina Pinto:** Peço desculpa. Eu falo, e depois responderá como entender. Como deverá ser do seu conhecimento, a existência do projeto intitulado programa integrado de combate ao insucesso escolar, a funcionar no Centro Escolar ??? pergunto como funciona o projeto, que alunos estão abrangidos pelo projeto, se foi a escola a entidade responsável pela contratação dos técnicos que fazem parte do projeto, se não foi, como sabiam da existência do projeto ??? exercer funções e quando, quais as habilitações académicas dos técnicos, se estão todos habilitados para exercer as funções para as quais foram contratados. No caso concreto da terapeuta da fala, uma pós-graduação ??? para exercer a profissão. ??? posso exercer advocacia? Se realmente existem dúvidas sobre as habilitações da técnica, que medidas foram

adotadas para salvaguardar os interesses dos alunos envolvidos no projeto. Qualquer membro deste órgão pode pedir esclarecimentos jurídicos às Comissões de Coordenação. Quando ficarem com dúvidas, é lá que se deverão dirigir, e não pedir esclarecimento jurídico à Associação Portuguesa de Terapeutas da Fala. A referida associação, o primeiro ofício enviado a esta Câmara Municipal foi esclarecedor. -----

Obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Temos outra intervenção. Em termos de escola, tenho locais para responder que é no Conselho Geral e o Conselho Pedagógico. Qualquer elemento do Conselho Pedagógico ou do Conselho Geral terá a resposta, se a pedir. Particularmente, lá fora, posso dar-lhe as respostas todas a isso e a mais alguma coisa. Isso é tudo facilímo de responder, mas é lá fora, não é aqui, enquanto Presidente da Assembleia.-----  
Está inscrito o Sr. José Manuel Ferreira, também sobre o plano integrado inovador de combate ao insucesso escolar. Faça favor, cinco minutos. -----

-----**O Município José Manuel Ferreira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria saudar todos aqueles que estão nesta sala hoje. -----

Queria trazer, digamos assim, duas notas a este Executivo. Mas antes, fazer aqui um reparo ??? falou aqui deste plano integrado inovador de combate ao insucesso escolar, que está a funcionar no Centro Escolar ???, O plano integrado inovador de combate ao insucesso escolar abrange todo o Agrupamento ??? e abrange todos os alunos desde o pré-escolar ao décimo segundo ano. -----

Deixado este reparo, queria dizer-vos aqui que é verdade, este plano integrado inovador de combate ao insucesso escolar tem por base o Plano de Ação ???. Depois, é também com base nessa situação que ??? escolares, num trabalho de parceria entre a escola e a própria Câmara Municipal. Todo esse trabalho, como percebe, terá sido assunto ??? CIMDouro, ??? este projeto. ??? por questões várias, os técnicos – e não só os técnicos, há aqui outro tipo de equipamento informático, didático ??? de que o Agrupamento irá beneficiar a partir do momento em que ???. Neste momento, e falando exatamente de técnicos ???. Como devem calcular, ??? e a equipa da autarquia ??? estávamos à espera só ??? para assim podermos começar a trabalhar ??? que fizemos, a partir desse momento, colocámos ??? dentro do âmbito das suas competências. Quero salientar aqui a grande articulação ???, tenho tido informações de outras escolas ???. Dizer-vos que ??? eficácia e eficiência. ??? queria aqui saudar o Executivo liderado pelo Dr. Nuno Gonçalves, que ??? muitos Executivos ??? de 2018. Apresentámos ??? por base aquilo que os técnicos ??? e nesse mesmo dia ??? e estou a falar da Direção Geral da Educação, ??? estar presente em três encontros regionais ??? e Vila

Real, ??? apresentar boas práticas para todo o território, no sentido de divulgar as atividades que foram feitas, e que estão a ser feitas neste momento pelos técnicos. ??? É óbvio que está de parabéns o Município, está de parabéns o Agrupamento, porque soube ??? os recursos e soube dinamizar todos os recursos que ??? desenvolvermos ??? uma vez que ???. Queria aqui também salientar que estamos ??? e que muito brevemente chegarão relatórios ao seu Executivo relativamente ao trabalho que está a ser desenvolvido ???. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. Obrigado pela participação do público ??? e depois vou passar aqui ao Sr. Vice-presidente, sendo que eu só iria terminar com dois ou três pormenores, por ter pedido os processos para mim. Mas, as especificações do que decorreu, iria passar, então, à Sra. Vereadora. -----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Bom dia a todos. -----

??? é relativamente à parte que tem a ver com a parte florestal ??? e à parte de Proteção Civil. Quanto à parte florestal, ??? é que a Mata do Reboredo é uma mata da propriedade da Câmara Municipal, cujo ??? é centenário ??? a gestão ??? e como se encontra referido no Plano de Ordenamento Florestal como Mata do Reboredo, sendo as matas nacionais, por aquilo que sei, propriedade de âmbito nacional. Por isso, o que eu posso dizer relativamente ??? da Serra do Reboredo é que, infelizmente, nós tivemos um incêndio brutal, não cabe a mim a Proteção Civil, mas aquilo que eu posso observar como munícipe é que me pareceu que os meios aéreos foram claramente um fator decisivo para ??? do incêndio, e penso que esse foi o fator para uma explosão rápida, dadas as condições climáticas. O que é que neste momento nos preocupa, e nos preocupa grandemente? E isto tem sido objeto, em reuniões de Câmara, de diversas iniciativas e diversas informações: é que já houve quatro hastas públicas – quatro hastas públicas – para venda de material lenhoso queimado, as três primeiras ficaram desertas, ninguém comprou, o Município preocupou-se em fazer a replantação – pequena, é certo, porque os meios também são escassos, não nos compete só a nós, porque temos um acordo para gestão com o ICNF que há de servir para alguma coisa. Por isso, se temos um acordo com uma entidade pública, pressupõe um envolvimento direto, já que os mesmos recebem quarenta por cento (40%) do valor da madeira comercializada, e isso, objetivamente terá que ter uma participação, quer a nível técnico, quer a nível de introdução de algum financiamento, nomeadamente nas questões relacionadas com a gestão da madeira. Neste momento, infelizmente, estamos sem investimento público florestal. ??? não abriram medidas

florestais – isto é preciso que seja dito, até porque eu acredito que quer a parte política, até da Oposição, que isto deva ser dito e redito a quem decide, e a quem de direito, nomeadamente ao Sr. Ministro da Agricultura que gere toda a parte florestal e que tem alguma influência também nessas questões, nomeadamente também na parte do Ministério do Ambiente. Por isso, neste momento, é nossa preocupação, antes de mais nada, tirar a madeira queimada. Mas, a madeira queimada – e por isso é que vamos lançar as “Quintas-feiras do Reboredo” – a madeira queimada, o próprio Município não tem capacidade de retirar setenta por cento (70%) da área ardida, e para isso se fazem, em colaboração com o ICNF, as hastas públicas. Esta última hasta pública, de que todos nós temos conhecimento, os lotes ainda não são os lotes todos, a madeira vai sendo sucessivamente retirada, até que há muita regeneração natural, isto é, são divididos em lotes, que vão agora a hasta pública pela quarta vez. E essa madeira seria, como imaginam, uma teimosia fazer a nossa preparação dos terrenos à medida que fosse retirada. Independentemente de haver cofinanciamento público ??? quanto tempo é que irá demorar. -----

O ponto de situação é este: vão haver as “Quintas-feiras do Reboredo”, destinadas à população de Moncorvo, em virtude de a estrutura ser ???. Vai ser ao mesmo tempo retirada a madeira que já foi objeto de hasta pública e que foi adquirida. E neste momento, encontramos neste ponto, porque o Estado Central não abre uma medida para investimento florestal. E é este o nosso problema, ??? hectares, e que, objetivamente ??? centenas de hectares que temos para plantar, mas nós não o podemos fazer. Quem consegue fazer melhor, desculpem o termo, que se chegue à frente, porque nós não somos capazes de fazer melhor. Fizemos uma candidatura à equipa de sapadores, que estamos a aguardar resposta desde agosto. -----

Quanto ao Gabinete Florestal, tem uma senhora que tem um mestrado em recursos florestais, que se dedica ao espaço público, jardins e outros espaços, e tem um engenheiro que foi só dez anos responsável pela Proteção Civil num concelho vizinho, que tem uma licenciatura e um mestrado na área da engenharia florestal e também em engenharia ambiental. Eu não estou a ver ninguém, não conheço ninguém que esteja mais capacitado para as funções do que ele. Se os senhores conhecerem, façam o favor de me apresentar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Vereadora, obrigado. Sr. Vereador. -----

-----**O Vereador Victor Moreira:** Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, Exem Publico, -----  
Só queria aqui esclarecer, e de alguma forma salvaguardar, alguma duvida que possa haver com este processo - o plano integrado inovador de combate ao insucesso escolar. Pelos vistos a decorrer com sucesso. No entanto este plano suscita duvidas para algumas pessoas, quanto à contratação de um técnico, em que insistem em chamar-lhe técnico de terapia da fala, e

quero aqui lembrar que o caderno de encargos foi elaborado com vista à contratação de um técnico superior de Terapia da Fala ou de um técnico superior de Educação com pós-graduação em Terapia da Fala. Portanto, era uma coisa ou outra. Com base nisto, e uma vez que o caderno de encargos foi elaborado em conjunto com a escola, assim como todos os outros, demos indicação que haveria preferência por contratação de técnicos que fossem originários do concelho de Torre de Moncorvo, e só em último caso, caso não houvessem esses técnicos no concelho de Moncorvo, e com a ajuda do Agrupamento, é que se recorreria à contratação de técnicos oriundos de concelhos limítrofes ou outros. Quero também dizer que quando foi levantada pela primeira vez nesta sala, por uma munícipe, esta questão da terapia da fala numa reunião de Câmara, acerca de um pedido de esclarecimentos pela Associação Portuguesa de Terapeutas da Fala, nós tivemos o cuidado de nesse mesmo dia de dar resposta, solicitando o parecer deles e com os conhecimentos técnicos que têm, se aquele caderno de encargos que nós elaboramos e que juntamos todos os documentos de habilitações da técnica em causa, se era ou não passível de desempenhar as funções que estava a desempenhar. Não obtivemos qualquer resposta. Na última reunião de Câmara foi mostrada que a correspondência que foi enviada para a referida associação nos foi devolvida, por nem sequer ter sido reclamada – foi registada com aviso de receção, e nem sequer levantaram a correspondência. Portanto, não temos qualquer resposta ao pedido de esclarecimento por nós efetuado, e por esse motivo não temos neste momento razões para questionar o que quer que seja ou a pedir um parecer jurídico à CCDR. Nós estamos, na nossa perspetiva e naquilo que era pedido no caderno de encargos, com a convicção que a técnica em questão corresponde a tudo o que está previsto. Penso eu – mas isso, depois, com certeza, os órgãos da escola, do Agrupamento, vão responder se a técnica de Educação com pós-graduação em terapia da fala, está ou não a desempenhar o cargo para o qual foi contratada. E a partir daí é que podemos falar. Eu só queria dar um esclarecimento a todos os deputados do nosso posicionamento, que está perfeitamente transparente. Como disse, a nossa preocupação era a contratação de técnicos do concelho com as valências descritas nos cadernos de encargos, e na hipótese de não haver no concelho, podermos contratar em concelhos limítrofes ou em outros concelhos. -----

Muito obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Bom, sobre estes assuntos, acho que está esclarecido, com as pessoas dos respetivos pelouros, que todos sabemos como é que

funcionam, as questões dos pelouros que são delegados. Eu tive ocasião de pedir – hoje estou mais em condições de responder do que estaria na semana passada, mas penso que toda a gente ???.

O que eu queria dizer era, nesta quadra também, desejar a todos os Srs. Deputados e a todas as Sras. Deputadas, e ao público em geral, umas boas festas, sendo que é sempre com agrado quando ouvimos dizer, como foi hoje, que a nossa escola, que tantas vezes foi atacada, serve de exemplo, não só para outras escolas vizinhas, mas para outras bem mais longe, nomeadamente em todo o norte – estamos a falar de oitenta e seis Municípios. Portanto, muito obrigado por essa informação, que eu também não sabia, e congratulamo-nos sempre que o nome de Torre de Moncorvo é falado por bons assuntos.

Quaisquer questões com associações ou outras entidades, obviamente não falarei. Aliás, eu irei ter uma conversa ali pessoal, mas é pessoal porque eu acho que alguns assuntos deviam ter sido debatidos no dia 6, na Assembleia Geral de uma instituição do concelho, nomeadamente a Associação dos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo. Mas eu, pessoalmente, terei todo o gosto em falarmos sobre esse assunto.

Um bom natal para todos.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Apenas para desejar boas festas aos munícipes, a todos os deputados, aos funcionários da autarquia. -----  
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, vamos passar à leitura da minuta da ata da reunião ordinária do dia 10 de dezembro de 2018. Faça favor. -----

\*\*\*\*\*

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

**O Presidente da Mesa,**



---

(Luís Miranda Rei)

**1.º Secretário da Mesa,**



---

(Pedro Carrasqueira)

**2.ª Secretária da Mesa,**



---

(Lucinda Carpinteiro)